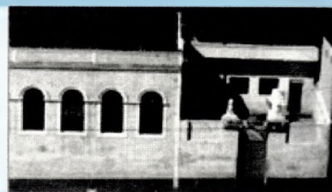


Da cidade de pedra à cidade de papel: Projetos de educação, projetos de cidades Campina Grande (1959)



Alarcon Agra do Ó



Há um certo tempo produziu-se, em Campina Grande, no interior da Paraíba, a percepção de que a cidade experienciava um caos, do qual decorria uma *necessidade* de organização. O tempo presente parecia, para estas vozes, uma fonte desagradável de experiências parcelares e destituídas de um sentido mais palpável, e sentia-se a falta de um projeto definido para a construção do futuro. O amanhã, esperava-se, deveria ser bem planejado desde logo, para que fossem evitadas surpresas desagradáveis.

Isso foi sentido com mais ênfase em 1959, quando os eleitores seriam chamados às urnas para escolher o prefeito e os vereadores, e estava posta em circulação a crença de que este novo encaminhamento para a cidade seria uma função de uma *boa escolha*. A cidade deveria escolher bem as suas futuras lideranças, na medida em que isso seria a garantia da concretização de seus desejos.



Da cidade de pedra à cidade de papel

**Projetos de Educação,
projetos de cidades
(Campina Grande - 1959)**



Editora da Universidade Federal de Campina Grande

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Biblioteca Central da UFCG

011d

Agra do Ó, Alarcon

Da cidade de pedra à cidade de papel: projetos de
educação, projetos de Cidades – Campina Grande
(1959) / Alarcon Agra do Ó. – Campina Grande :
EDUFCG, 2006.

151 p.- (Coleção Outras Histórias, n. 5)

ISBN 85-89674-22-3

1 - Educação 2 – Paraíba – História 3 - Campina
Grande - História I - Título

CDU 37 (813.3)

Da cidade de pedra à cidade de papel

**Projetos de Educação,
Projetos de Cidades
(Campina Grande, 1959)**

Alarcon Agra do Ó



Editora da Universidade Federal de Campina Grande

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Reitor
Thompson Fernandes Mariz

Vice-Reitor
José Edilson Amorim

EDITORA UNIVERSITÁRIA – EDUFCG

Prof. Dr. Antonio Clarindo Barbosa de Souza
Diretor Administrativo da Editora Universitária

Prof. Dr. Antonio Gomes da Silva
Diretor Comercial da Editora Universitária

Conselho Editorial da EDUFCG

Prof. Benedito Antonio Luciano – CEEI

Prof. Carlos Alberto Vieira de Azevedo – CTRN

Profª Consuelo Padilha Vilar - CCBS

Prof. Joaquim Cavalcante Alencar – CCJS (Sousa)

Prof. José Helder Pinheiro – CH

Prof. José Wanderley Alves de Sousa – CFP (Cajazeiras)

Prof. Onaldo Guedes Rodrigues - CSTR (Patos)



Editora Universitária

Edição eletrônica
Livia Brasil

Capa
Ana Carolina Barbosa

Universidade Federal de Campina Grande
Rua Aprígio Veloso, 882 - Bodocongó - Fone (83) 33 10.1467
Campina Grande - Paraíba

Dedicatória

**Para o colégio Alfredo Dantas, a quem devo tanto, e para
minha família, a quem devo tudo.**

Uma primeira versão deste estudo foi defendida como Dissertação de mestrado junto ao programa de pós - graduação em Educação da UFPB, sob a orientação do prof. dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior. Fui bolsista da CAPES.

Na minha experiência de mestrado pude contar com um sem número de pessoas mais que queridas, que me ampararam e me fizeram crer, a cada momento, que valia a pena insistir. Mesmo que aqui eu não as nomeie, saibam todos e todas que jamais esquecerei de cada gesto que me dirigiram, de seu carinho, de sua acolhida, de sua presença. Como disse, à época, citando Amir Labaki, “Eles foram a minha força, e eu, deles fui a fraqueza”.

Sumário

| | |
|-------------------------------|------------|
| Da questão..... | 9 |
| Das molduras..... | 17 |
| Da disputa..... | 55 |
| Da educação..... | 87 |
| Dos intercessores..... | 141 |

Da questão

Qual é o objeto de estudo do historiador?

Lucien Febvre

Há um certo tempo produziu-se, em Campina Grande, no interior da Paraíba, a percepção de que a cidade experienciava um caos, do qual decorria uma *necessidade* de organização. O tempo presente parecia, para estas vozes, uma fonte desagradável de experiências parcelares e destituídas de um sentido mais palpável, e sentia-se a falta de um projeto definido para a construção do futuro. O amanhã, esperava-se, deveria ser bem planejado desde logo, para que fossem evitadas surpresas desagradáveis.

Isso foi sentido com mais ênfase em 1959, quando os eleitores seriam chamados às urnas para escolher o prefeito e os vereadores, e estava posta em circulação a crença de que este novo encaminhamento para a cidade seria uma função de uma *boa escolha* em dois de agosto, dia da eleição. A cidade deveria escolher bem as suas futuras lideranças, na medida em que isso seria a garantia da concretização de seus desejos.

Para um candidato a prefeito em especial, o petebista Newton Rique, Campina Grande vivia um impasse: precisava desenvolver-se imediatamente, mas não possuía as condições necessárias para tal. Para dar uma resposta a essa demanda, que era percebida como um desejo latente da população, este candidato lançou mão de uma

iniciativa até então inédita na história política da cidade: fez divulgar um Plano de Governo por escrito, no qual desenhava simultaneamente o seu sonho de cidade e os caminhos entendidos aí como legítimos para a sua concretização.

Este documento, intitulado de *Revolução da Prosperidade*, promoveu a canalização de todo um debate existente na cidade e o articulou nos termos de um projeto desenvolvimentista.

Uma das tematizações estabelecidas ali como *fundamentais* era a questão educacional. E nisto a *Revolução da Prosperidade* se aproximava – ainda que de maneira particular – de um debate amplo.

Ora, aqueles eram anos em que muitas vozes garantiam ardentemente que o desenvolvimento (a maximização do progresso capitalista) deveria ser alcançado pelo Brasil, custasse o que custasse, sob pena do país desencontrar-se definitivamente com o mundo moderno. Para estes arautos da *necessidade do desenvolvimento nacional* uma forma de realizar esse sonho era o reaparelhamento da educação no Brasil.

Testemunha disto, Sérgio Paulo Rouanet conta, por exemplo, que sua geração, ao chegar à maturidade lá pelos anos cinqüenta, pregava a necessidade da criação de uma nova educação para os brasileiros como condição necessária para a efetivação do desenvolvimento do Brasil – ou, como era comum que se dissesse, do *crescimento nacional*. (Rouanet, 1989)

Segundo Rouanet, havia em circulação a idéia de que o Brasil precisava, com urgência, de um *projeto desenvolvimentista*. O futuro, cria-se, era o desenvolvimento, que resolveria a crise do

Brasil – que era *estrutural*, vinculada à *dependência* e ao *subdesenvolvimento*. A educação, aí, deveria formar os *recursos humanos* necessários ao processo de modernização. (Rouanet, 1989)

Como já apontou Paulo Ghiraldelli Jr., aqueles eram anos em que os educadores procuravam ser *progressistas*, mesmo que para efeito desta identificação apenas atualizassem ideários produzidos em outras décadas:

O conjunto de idéias que permeou tais experiências não estava fora de sintonia com a época. Pelo contrário, a década de 50 e o início dos anos 60 colocaram em pauta a ideologia desenvolvimentista presente no “Manifesto dos Pioneiros” de 1932. Renovadores educacionais, liberais, socialistas, militantes das esquerdas cristãs etc. concordavam na crítica de que a sociedade brasileira passava por uma transição que encaminhava o país para a modernização, em detrimento da sociedade tradicional, de base agrária. Tratava-se, então, no pensamento desses grupos, de instaurar uma nova escola, que pudesse ser democrática e que, uma vez pertencente a uma fase de crescente industrialização, superasse a dicotomia entre o “fazer intelectual” e o “fazer manual”. Os “métodos ativos” da Pedagogia Nova foram tomados como instrumentos para tal superação e inspiravam experiências na rede particular e na rede pública de ensino. (Ghiraldelli Jr., 1990: 128-129)

Era como se esta necessidade de novos profissionais, menos aferrados a uma cultura *alienada, colonizada por idéias estrangeiras, dominada por desembargadores que citavam Anatole e por professores que citavam Rui* (Rouanet, 1989) fosse exatamente provocada por alterações econômico-sociais que eram representadas pela industrialização – que estava ocorrendo e precisava ser intensificada.

Por outro lado, tomava corpo também uma série de formulações sobre a questão educacional que tematizava esta experiência social lendo-a pela chave da *necessidade* da mudança social. Para os partidários dessa visão, o Brasil vivia na época um quadro de impasses sociais, o que só se resolveria com a ação consciente – em busca de sucesso – dos marginalizados pela lógica do sistema capitalista.

O ponto de partida e de chegada desta pedagogia punha-se à vista de quem quisesse observar com um mínimo de atenção as cidades brasileiras já na década de 1950. Ora, ela procurava se voltar para as camadas sociais menos privilegiadas pelo desenvolvimento capitalista, exatamente aqueles que já naquele momento enchiam as ruas e os becos das cidades médias ou grandes do país. Seu objetivo era instrumentalizar estas massas de uma capacidade especial, a de olhar criticamente o mundo, desvelando-lhe o sentido e assim preparando aos sujeitos da aprendizagem (porque assim todos os educandos passariam a ser entendidos) para uma ação *realmente transformadora* da sociedade.

Era, pois, um discurso que se chocava, nos efeitos que prognosticava, com a lógica então vigente que emanava do poder

público, para quem a educação deveria ser o mais propedêutica possível, devendo preparar os cidadãos para o mercado de trabalho. Para o Estado mais importante do que qualquer outra coisa que pudesse ocupar os sonhos dos educadores, era preparar mão de obra:

O espírito do desenvolvimentismo inverteu o papel do ensino público colocando a escola sob os desígnios diretos do mercado de trabalho. Daí a ênfase na proliferação de uma escola capaz de formar mão de obra técnica, de nível médio, deixando a universidade para aqueles que tivessem “vocação intelectual”. Concretamente, os recursos financeiros entre 1957 e 1959 destinados ao ensino industrial foram quadruplicados. Enquanto isso, o país, em plena ultrapassagem da metade do século XX, manteve a metade de sua popula o sem o domínio dos conhecimentos básicos da leitura e da escrita. (Ghiraldelli Jr., 1990: 131)

Que efeito estas discussões todas provocavam na Paraíba?

Segundo levantamento de Celso de Rui Beisiegel, havia no Estado, em 1940, 1.644 alunos matriculados no ensino secundário. Vinte anos depois, em 1960, esta cifra subia para 9.924 estudantes. Um crescimento notável, que ele atribui não apenas   urbaniza o ou   industrializa o, dado que estes eram movimentos ainda t bios, incipientes, naquele período; sua hipótese   de que esta amplia o desmesurada da escolaridade

(...) seria melhor compreendida como produto de um processo de modernização gerado pelas transformações da sociedade em suas áreas mais dinâmicas, no Sul do país. A industrialização e o desenvolvimento social em geral nessas áreas estariam constituindo um mercado de trabalho nacional e determinando a mudança em outras regiões do território. (Beisiegel, 1985: 396-397)

Assim, os movimentos de redefinição das estruturas de produção do país teriam levado a uma alteração na estrutura da sociedade, com a *generalização de aspirações de ascensão social sobretudo mediante a passagem pela escola secundária*. Para esta população que se deixava seduzir por tais desejos, o estado – o Poder Público – aparecia como o grande vetor da transformação na sociedade, por intermédio da concessão da educação.

Percebe-se que a educação, naqueles anos, estava sendo constituída como um espaço privilegiado para a consecução de desejos. Só que estas cargas desejantes que se manifestavam nos debates sobre a educação articulavam-se com surpreendente plasticidade a projetos mais globais, como se a mudança na educação fosse apenas e tão somente um momento a mais num redesenho de toda a sociedade. Cada postura desenhava um perfil singular para seus *objetos*, mas todas se ligavam na crença iluminista de que o saber – a consciência – traria a concretização de uma nova sociedade.

As demais querelas da época, que envolviam os que defendiam a escola pública contra os partidários da escola privada,

por exemplo, procuravam, de uma forma ou de outra, inserir-se no panorama dos grandes debates *nacionais* de então marcando sua posição frente a uma questão básica: como tornar a educação uma via para o crescimento do país e dos seus cidadãos?

Optar por uma educação mais voltada para a instrumentalização de uma mão de obra integrada ao parque industrial nascente, por exemplo, nada tinha de neutro: significava comprometer-se com aquele projeto de desenvolvimento que a industrialização representava. Na mesma medida, lutar pela presença dos trabalhadores analfabetos em círculos de educação cuja proposta pedagógica supunha o conhecimento como produção significava ir de encontro às tentativas de restringir a ação pedagógica à produção de mão de obra qualificada. Ambas as posições, no entanto, aproximavam-se na crença comum do *crescimento* por via do contato com os saberes socialmente produzidos e socializados na educação (mesmo a não-escolar).

Tudo isto ressoaria de maneira especial em Campina Grande, que não ficava à margem dos grandes debates que se davam por todo o país. Uma interessante atualização deste debate, então, ocorreu na cidade, em meio à eleição municipal de que falamos logo no início destes papéis. Naquele ano de 1959 a procura do desenho de uma nova face para toda Campina Grande se fez no mesmo movimento em que se discutia a redefinição da educação no município. Esta agitação em torno de questões educacionais e seu envolvimento com a problemática mais ampla do desenvolvimento veio a ocorrer, como dissemos, em função de um texto divulgado como *Programa de Governo* por um dos candidatos a prefeito.

A educação foi ali percebida como uma das experiências que deveriam ser repensadas a fim de que se tornassem caminhos necessários para o desenvolvimento de Campina Grande. *No presente estudo*, como diria Michel Foucault, *é essa experiência que se pretende analisar*. (Foucault, 1992)

* * *

Este texto consiste numa versão bastante abreviada da minha dissertação de mestrado, defendida junto ao Mestrado em Educação da Universidade Federal da Paraíba. Foram suprimidas, em grande medida, algumas discussões, talvez úteis para um trabalho acadêmico, mas, certamente, aborrecidas para o leitor em geral.

Das Molduras

*Entendo que para contar é necessário
primeiramente construir um mundo, o mais
mobiliado possível, até os últimos pormenores.*

Umberto Eco

Campina Grande surge por entre os papéis que tratam de sua história como uma cidade que experienciou o fim da década de cinquenta procurando desesperadamente um novo lugar para si, uma nova maneira de estar no mundo. Um desdobramento desta presença migrante da cidade foi, como aqui se narra, a aparição de várias tentativas de conformação dos caminhos que a cidade deveria trilhar. As condições gerais pareciam, então, extremamente propícias para a manifestação de um ou outro sonho de disciplinarização do futuro – ou, para sermos mais exatos, *do presente*.

Campina Grande era, lá pelos fins dos anos cinquenta, descrita pelos seus letrados como uma cidade que se tornava a cada dia mais importante e próspera. Parecia então que era o *destino* deste município do interior paraibano desenvolver-se indefinidamente e que cumpria aos campinenses apenas inserir-se nesse movimento. A grandeza desta cidade, pensavam os bairristas daqueles anos, não estava inscrita até

mesmo no nome do município?

Em uma nota de jornal foi divulgada, certa vez, uma imagem que bem sintetizava estas impressões:

Afinal de contas, Campina Grande está diante de uma encruzilhada: depende de seu povo, principalmente de seus líderes sociais, tomar um dos caminhos, naturalmente o que disser mais de perto respeito aos interesses da coletividade e ao progresso deste poderoso núcleo populacional do Nordeste. (DB, 25/02/1959: 02)

Esta era uma imagem que se mostrava, como se vê, otimista. Indicava que o futuro estava à frente dos campinenses, e que era necessário apenas escolher os caminhos que deveriam ser percorridos para que se chegasse até ele. Daí o uso da metáfora da *encruzilhada*, indicadora de que diante dos homens do presente estava a saída – aliás, uma diversidade de saídas possíveis. Mas veja-se que, se esta imagem refere-se a uma pluralidade de escolhas, não quer fazer menção a uma pluralidade anárquica. Ela representa um encontro com um número definido de possibilidades de escolha, com um rol de caminhos preciso e ordenado no espaço. Eram caminhos prontos que se apresentavam aos campinenses, e não caminhos por construir: o real, pensava-se aí, estava dado e a única participação dos sujeitos históricos seria decidir que rumo deveria tomar.

Esta argumentação passava a formar uma articulação, numa mesma sinfonia discursiva, cujo objetivo era referendar uma imagem

de cidade moderna para Campina Grande. E foram vários os elementos que se viram ali reunidos, não importando a sua aparente desconexão, para, a partir de relações contingentes, casuais, fortuitas, formular uma impressão de que a cidade era a expressão acabada da civilização, o seu lugar privilegiado em todos os sentidos, e que a realidade de Campina Grande era a de uma cidade cuja máxima potência ordenava uma modernização incontrolável.

Paralelamente a isto, no entanto, silêncios eram produzidos para outras possibilidades de expressão ou de desenho da cidade e da vida urbana. Interessava a estas vozes, que buscavam se fazer hegemônicas, a existência de um sem número de sujeitos calados, obedientes, produtivos no seu alheamento, na sua colocação à margem dos eventos *realmente* eficientes. A estratégia maior era fazer com que este desejo de identificação com a modernidade passasse por ser o desejo de toda a cidade, como se fosse possível canalizar numa única conformação da paisagem a energia dos desejos.

Mesmo num instante em que a imagem social da cidade era tecida com os fios da mudança e da transformação, havia nós da trama que impossibilitavam a plena democratização de seus sucessos. Havia figuras que eram colocadas no tecido apenas para figurar nas suas margens, para representar formas marginais de existência. A tapeçaria em que a cidade se transformava não parecia suportar a pluralidade: o tecido se esgarçaria se todos a ele tivessem o acesso da figuração; daí, cumpria mutilar muitos, abrindo espaços para poucos.

Neste movimento de produção de sentidos homogêneos para o ser da cidade havia circunstâncias em que se fazia necessário explicar este quadro de felicidade. Em tais ocasiões a resposta indicava que a cidade estava passando de um estado a outro, deixando de ser um pólo agrícola e comercial para se tornar um centro industrial. Com isto se queria alardear que a modernidade estava se efetivando através da afirmação, na cidade, de atividades dinâmicas, que viriam para substituir atividades antigas e já desvinculadas da realidade capitalista de então.

Isto era não só adequado a muitas expectativas, mas principalmente era desejado por parcelas cada vez mais significativas entre os campinenses. Ao mesmo tempo em que se produzia, assim, uma imagem única para Campina Grande, esta figura nova era revestida de características tais que praticamente inviabilizavam a sua negação. Afinal, quem iria postar-se contra uma descrição da cidade que a tomava por grande e próspera exatamente por conta de sua capacidade de trabalho e de sintonia com o moderno?

Ora, o sucesso da economia industrial era entendida, então, como signo de progresso; difundia-se uma crença etapista e evolucionista da história que dava conta de que a vida das sociedades era um desfile de processos históricos, em que o momento posterior era sempre de maior valor que o anterior. Neste quadro explicativo a indústria, campo em que os homens transformavam mais radicalmente a natureza, parecia ser uma atividade mais digna e mais relacionada ao progresso que o simples comércio ou as atividades agrícolas ou pastoris. Quanto mais as atividades humanas distanciavam-se *da natureza* mais pareciam significar a

concretização inapelável do processo de humanização, mais pareciam estar escolhendo a trilha certa no encontro com as *encruzilhadas*.

Estas idéias davam conta de que o Brasil, como vários outros países da América Latina, enfrentava o subdesenvolvimento graças à predominância de uma economia baseada na *produção agrícola primário-exportadora, com baixa integração entre os diversos setores produtivos e com desemprego estrutural (...) combinados com o baixo nível de organização e sindicalização da força de trabalho*. Por outro lado, havia também *a queda constante do poder de compra de bens industriais por parte de bens primários*, o que desequilibrava a balança comercial entre estas nações e os países ricos. (Mantega, 1990: 38-39)

A solução prevista por este esquema explicativo é a *implementação de uma política deliberada de desenvolvimento industrial, que promovesse uma reforma agrária, melhorasse a alocação dos recursos produtivos e impedisse a evasão da produtividade. (...) Nesses termos, a industrialização era vista como o meio mais eficiente para se conseguir o aumento da renda nacional e da produtividade*. (Mantega, 1990: 38-39)

Eram comemoradas os momentos em que estas idéias podiam ser exibidas e retomadas nos discursos e nas práticas dos habitantes de Campina Grande, imaginando-se que a sua contínua tematização garantiria o seu caráter de *verdade*. Mesmo quem pensasse diferente, os que entendiam a industrialização de uma maneira menos autoritária, eram vozes dissonantes ou no máximo posições que se esforçavam para delimitar uma outra maneira de efetivar esta

evolução. Em quase todos os casos o que se questionava era o tipo de industrialização a se privilegiar, ou que tipos de associações se poderiam estabelecer entre este setor *moderno* e os *atrasados*.

Uma circunstância em que Campina Grande pôde ver reforçada esse debate foi quando, em Novembro de 1958, a cidade recebeu mais uma visita do Presidente da República, Juscelino Kubitschek. Ele, que com freqüência aqui se fazia presente, veio ao município desta vez para inaugurar duas obras cuja execução era cobrada há muito pelos campinenses, e que haviam sido finalmente realizadas com o concurso do governo federal. Assim, posou de benemérito da cidade, *presenteando-a*, como se dizia na época, com uma adutora mais potente e capaz de resolver os problemas do abastecimento de água da cidade e com a pavimentação da pista que dava acesso ao aeroporto João Suassuna.

Ambas as obras eram entendidas como importantes. O problema da água, por exemplo, era colocado nas discussões cotidianas como crucial para o desenvolvimento de Campina Grande. Ele havia sido pelo menos parcialmente resolvido na década de 1940 com a instalação da Adutora de Vaca Brava, no período em que o governo do estado estava nas mãos do Interventor Argemiro de Figueiredo, mas tantos anos passados e tantos novos habitantes instalados exigiam uma rede de abastecimento mais ampla. Por aquele fim de década a água de Vaca Brava só atendia ainda aos interesses de Argemiro de Figueiredo, que não perdia a oportunidade de incluir este feito nos seus discursos de chefe político. Para além disso, no entanto, muitas vezes se levantavam, freqüentemente, contra as cenas já banais de transeuntes carregando

latas na cabeça à procura de água, que escasseava nas torneiras de cada vez mais campinenses.

À parte o desconforto com a ausência de uma distribuição efetiva de água, que levava à dependência para com chafarizes ou favores de amigos, era levantada uma crítica em termos estéticos: aquelas romarias de populares estavam *enfeando a paisagem*, visto que esta seria uma cena mais adequada a uma cidade pequena e atrasada, e não a um burgo das dimensões de Campina Grande. E por muito tempo ainda haveria reclamações, por causa da *pequena rede de distribuição de água*, que só beneficiava na prática a algumas poucas ruas centrais. O *povo humilde* clamaria ainda um tempo considerável por melhorias concretas que o atingisse finalmente. (DB, 29/01/1959: 02)

Havia até quem considerasse este quadro um *atestado de incapacidade dos homens de Campina Grande*, o que cumpria modificar. Como esta mesma voz frisava, *Campina Grande não pode parar*, e esta era uma questão que demandava solução urgente. (DB, 22/02/1959: 08) Parecia ser uma contradição insuportável viver-se numa cidade em constante movimento (ou, como se diria então, em constante *evolução*) que sofria apesar de tudo com a precariedade do fluxo de água: como conciliar a imagem da caminhada incessante rumo ao progresso com a cotidiana interrupção do abastecimento de algo tão necessário?

Com relação ao acesso ao aeroporto, havia uma insatisfação muito grande por parte dos *homens de negócios* e dos campinenses mais bairristas, visto que a movimentação aérea na cidade era intensa, e ficava desagradável recepcionar os visitantes em um

campo de pouso, para fazê-los chegar à cidade propriamente dita através de uma estrada esburacada, poeirenta no verão e alagada no inverno.

A chegada do Presidente e de sua comitiva, então, foi tratada como a confirmação do status privilegiado da cidade. Ora, o que justificaria a repetida presença aqui de uma liderança tão importante, ainda mais acompanhado de sua família, a não ser o valor de Campina Grande no cenário nacional? A presença daquelas figuras míticas poderia ser explicada de outra forma a não ser pela importância desta cidade?

As ruas, então, ficaram cheias de curiosos, todos se esforçando para ver ao menos de relance a fila de automóveis que conduzia JK até os locais em que ele falaria ao povo. Grande metáfora das relações sociais costumeiras, a presença do Presidente em Campina Grande fez-se de forma a que ele estivesse *entre* alguns aliados e *frente* ao povo. Passeando pela cidade num automóvel aberto, em pé, ao lado de seu anfitrião – um influente *prócer* do Partido Social Democrático local, Alvinho Pimentel, a quem o Presidente tratava por *compadre* – um JK sorridente e entusiasmado acenava para todos. A população aplaudia, comovida com a *simplicidade* de JK, alardeada por quem pôde privar de instantes de intimidade com Sua Excelência. Ele falava à distância com esta massa amorfa e pateticamente espremida pelas calçadas, esticando-se para ver e ser vista; falava com mais atenção com os empresários e as lideranças partidárias logo mais à noite, num *grandioso banquete* oferecido a ele e à sua família nos salões mais elegantes da cidade, os do Campinense Clube.

O presidente teve ainda a honra de ver erguida em sua homenagem uma estátua de corpo inteiro no centro da praça mais importante da cidade. Campina Grande o tomava como um de seus heróis, como um dos responsáveis pelo seu avanço, e o fazia representando-o como um líder, como um sujeito que conduz os outros, como um *benfeitor*. A uma presença fugaz – mal chegava, JK já partia em busca de outros aplausos em outras cidades – a cidade respondia com a promessa de um culto civil à sua presença eternizada em pedra. Ele foi retratado em uma postura eloqüente: em pé, mãos postas sobre o abdome, olhando para o horizonte, talvez vislumbrando para além daquele instante o progresso e o crescimento de Campina Grande, estas dimensões que os campinense *viam* inscritas na alma da cidade.

O jornal local ligado aos Diários Associados, o Diário da Borborema, festejou com alarde a visita do Presidente e contribuiu para a produção deste evento como sinal da potência desenvolvimentista campinense. Deixou passar, pelas páginas de suas edições, séries diversas de enunciados que procuravam, na sua articulação, compor e reforçar a sensação de que nada daquilo que os campinenses estavam testemunhando naqueles dias festivos era gratuito. O Presidente vinha à cidade e inaugurava obras que consolidavam o seu processo de desenvolvimento porque tais coisas eram o destino da própria cidade.

Assim, os textos da edição que abordava mais diretamente a visita de JK foram incisivos. (DB, 07/11/1958) Com afirmações dissolvidas nos parágrafos como se fossem naturalmente captadas do real (que se apresentava como se existisse para além do olho do

repórte.,, construía-se um texto para a cidade, texto este que procurava ser *a verdade* e não uma percepção. Um platonismo mal disfarçado dava sentido a estas projeções, e os textos produzidos para ser incorporados e vividos como sendo *imagens* da cidade não queriam ser outra coisa senão *representações* de algo que dormia na alma da cidade e que seria acordada com o auxílio de ações racionais.

Uma primeira estratégia nesta produção de *representações* era a inserção geográfica; havia, por aqueles dias, uma preocupação intensa em definir com características precisas cada uma das *regiões* do Brasil, a fim de que o desenvolvimento que se desenrolava no país pudesse refletir as especificidades locais ao mesmo tempo em que as dissolvia numa mirada mais ampla, a da nacionalidade. Tornara-se importante para os homens de pensamento de então definir precisamente *o ser* de cada pedaço do Brasil, vez que o entendimento das partes, entendia-se, levaria ao conhecimento do todo.

Campina Grande era, nesta articulação discursiva, *a cidade líder do nordeste brasileiro* ou, como dizia o jornalista Lopes de Andrade, *a Metrópole do Polígono da Seca*. Estas expressões foram repetidas durante muito tempo, e de tanto retomadas naqueles dias como que perderam a sua presença adjetiva, tornado-se afirmações substantivas. Para os campinenses que a utilizavam para referir-se à sua cidade, dizer isto não significava, como poderia parecer à primeira vista, adjetivá-la ou indicar para ela uma possibilidade de existência a mais entre tantas outras factíveis.

Significava assumir um dado inquestionável, algo tão real quanto as pedras dos calçamentos ou as árvores plantadas pelas calçadas.

Como se sabe, a década de 1950 viu o aprofundamento da leitura do Nordeste como uma região problema, como uma área tendencialmente pobre e à margem da modernização capitalista, como o local de vida de uma sociedade que se distanciava cada vez mais dos ritmos de mudança que o Brasil vinha conhecendo então. (Albuquerque Jr., 1994) A tematização da identidade de Campina Grande que atravessa aquele enunciado, no entanto, situou-se numa via transversa daquela que definia o Nordeste como o avesso do desenvolvimento.

Ora, não se podia pensar a cidade sem localizá-la num mapa, sem defini-la também nos termos das características que se entendiam por *naturais*, ou seja, referentes ao seu enquadramento *geográfico*; fazer diferente seria subverter as possibilidades de pensamento então válidas. Isto levava, contudo, à aproximação de Campina Grande àquelas áreas pobres e atrasadas que a circundavam, e isto era a última coisa que os campinenses desejavam. O caminho era pensar que, da mesma maneira como a integração do Brasil estava se dando graças ao desenvolvimento econômico desencadeado por conta da industrialização do *Sul*, a redenção do Nordeste estaria na presença de simulacros desta vida de progresso: as cidades.

Por meio desta tortuosa elaboração construía-se um lugar preciso na geografia imagético-discursiva, em que Campina Grande permanecia ligada à sua região mas a transcendia porque era *líder*, ou seja, não partilhava de sua essência mas se aproximava dos grandes centros do *Sul*. Não era por outro motivo que ela era tomada

como *Metrópole*, graças à passagem da *economia comercial para a industrial*, mas *Metrópole do Polígono da Seca*, ou seja, elemento superador do destino de pobreza do Nordeste, do qual só participava por uma mera circunstância.

Na seqüência das matérias do jornal mais elementos eram cooptados a fim de reforçar esta idéia. A dimensão de grande centro populacional era dada pela recorrente figura de que *cem mil habitantes gratos pela água* acorriam às festividades que arroteavam o presidente. Todos estes beneficiados pela atitude tão comemorada de Suas Excelências os governantes espalhavam-se, dizia o jornal, por uma *São Paulo em miniatura*, em que a um *comércio em declínio* sucedia-se uma *industrialização promissora*. Vivia-se um *crescente desenvolvimento*, que o jornalista Lopes de Andrade entendia ter acontecido, *nos últimos dez anos*, de forma *anormal*.

Esta sucessão de enunciados, de uma certa maneira, sintetizava aquilo que poderia ser considerada a sensibilidade dos letrados campinenses frente à sua cidade naquele período. Ou, pelo menos, o que lutava para ocupar este lugar.

De uma certa maneira atualizava-se, para eles, uma problematização do país que circulava nacionalmente:

Evidentemente, essa euforia tinha suas origens. Em primeiro lugar, vinha da certeza do “novo”: Bossa Nova, Cinema Novo, Nova Capital. Novos caminhos para o país: a valorização do nacional. Embora com raízes por vezes longínquas, tratava-

se do “novo Brasil”, traçado por Kubitschek na audácia desenvolvimentista dos “50 anos em 5”. (Starling, 1986: 20)

Para referendar estas impressões não poucos índices eram articulados. Havia, efetivamente, uma série de indicadores que sinalizavam para uma alteração nos padrões de existência da cidade, levando-a na direção da modernização, da modernidade. Os discursos e as práticas que tomavam como objetivo a construção de uma imagem de desenvolvimento e de progresso para Campina Grande faziam largo uso destes indicadores, considerando-os a base empírica indiscutível para as suas escritas.

A população de Campina Grande era, numericamente, superior à da capital do estado, João Pessoa. Isto já era bastante para alimentar ainda mais uma rivalidade entre as duas cidades que se arrastava já há muito, mas havia mais o que considerar. Quando comparada com outras cidades do país, Campina Grande sobressaía-se, fazia questão de alardear seus destaques: era o primeiro município do estado, sim, mas era também o mais populoso do interior do nordeste, e o décimo-terceiro do país. Praticamente todas as rotas de agricultores que eram expulsos dos sertões da Paraíba, do Ceará, do Rio Grande do Norte e do Piauí aqui tinham um ponto de inflexão necessário. Daqui saíam os comboios para o sul, crescentes graças ao processo de concentração fundiária que se acentuava desde o fim da Segunda Guerra e produzia uma quantidade inesgotável de retirantes.

Contudo, nem só pobres ou despossuídos para esta cidade acorriam, e a geração de renda demonstrava bem isto. Cerca de

quarenta por cento da arrecadação estadual de tributos saía daqui, principalmente graças às atividades comerciais, inclusive com o estrangeiro, ao setor de serviços e à indústria que crescia e se diversificava. O comércio, já no fim dos anos cinquenta, apresentava alguns sinais de declínio, mas estes eram utilizados pelos discursos ufanistas de duas formas díspares: ora eram escamoteados, ora eram citados com alarde para apontar que a cidade abandonava os caminhos tradicionais em prol da industrialização.

Havia vôos diários e pelo menos cinco trens - de carga e de passageiros - passavam por sua estação todos os dias. Da dúzia de estabelecimentos bancários com representação na cidade pelo menos a metade era nela sediada.

Frente a isto as tentativas de alargar a importância da cidade eram inúmeras e achavam-se bem fundamentadas; a imprensa, por sua vez, cobrava insistentemente mais atenção por parte dos governos, tanto federal quanto estadual.

Em uma coluna do jornalista Epitácio Soares, por exemplo, estava a seguinte reprimenda:

Campina Grande é famosa além do estado; os campinenses gritam cobrando das autoridades soluções para seus problemas, gritando e cobrando Campina Grande cresce e cumpre o seu destino histórico de metrópole do interior do Nordeste brasileiro. (DB, 01/03/1959: 07)

Estas afirmações vinham na sequência de uma polêmica que envolveu a cidade e o governo estadual, assim descrita em uma nota do Diário da Borborema:

O Sr. Secretário das Finanças, ao que parece não se apercebe de que Campina Grande, como o maior centro arrecadador de tributos para o Estado, concorre com cerca de 40% para o erário estadual, merecendo, por isso mesmo, maior atenção por parte dos órgãos do poder público, principalmente quando se trata de pagamento a funcionários que vivem dos minguidos salários, com orçamentos limitados para suas despesas domésticas. (DB, 25/02/1959: 01)

O governo do estado não tardou em responder. Logo após esta cobrança, o Secretário de Viação e Obras Públicas, Robson Spínola, já alertava para o fato de que *Campina Grande merece atenção porque contribui em muito com o erário*. Naquele governo, dizia ele, já houvera a *moralização do abastecimento de água, o saneamento, a ampliação da rede de água e esgotos*. Ao seu ver *a cidade deve pedir, que na administração Pedro Gondim o Estado retribuirá o esforço de Campina Grande*. (DB, 28/02/1959: 08)

Os empresários, interessados em reforçar a imagem de Campina Grande como pólo de desenvolvimento, divulgavam junto a investidores do Sul do Brasil vários documentos. Vale citar um, escrito em 1957 pelo economista José Paulino Costa Filho sob

encomenda da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, sediada em Campina Grande. (In.: Sylvestre, 1988: 24-25)

Neste trabalho, intitulado *Campina Grande e as Possibilidades de Investimento*, procurava-se apresentar a cidade como *uma praça em plena vitalidade econômica*. Uma lista de *cifras e dados* dava legitimidade a esta argumentação, que era coroada com uma afirmativa sobre Campina Grande tida como indiscutível: *Oferece condições que julgamos ideais para investimentos de capitais nacionais ou estrangeiros*.

Para a lógica desta visão a cidade possuía a capacidade de se desenvolver, faltando apenas algo que era externo ao progresso - no sentido de que esta carência apontava muito mais para uma virtual incompreensão do resto do País do que para problemas da realidade campinense:

Seria, deste modo, um “intercâmbio de capitais” de interesse mútuo da área investidora desta zona carecente de recursos para acelerar o seu desenvolvimento econômico.

Dez fatores foram então enumerados como *indicativos das excelentes condições de Campina Grande para inversões de capitais*, esta lista compondo uma imagem da cidade que tentava ser a mais sedutora possível para os investidores. É interessante perceber que este elenco de características realiza mapeamentos diversos, informando ao mesmo tempo a percepção que estes empresários locais possuíam de Campina Grande e o seu entendimento do que seria o melhor tipo de investimento na cidade.

Campina Grande era desenhada, neste documento, como uma cidade situada *no interior do Nordeste, com relativa equidistância dos centros econômicos mais destacados da Região*; sua população, bem como a da região ao redor, era considerável, garantindo ao mesmo tempo *possibilidades de fornecimento de abundante mão de obra e um mercado consumidor sempre em expansão*. Esta mão de obra era *considerada barata em relação ao Sul*, ainda mais porque havia aqui um *baixo salário mínimo, em comparação com os centros industriais das capitais e do Sul do País*.

Outros atrativos derivavam de que a cidade era *bem servida por vias de transporte*, tanto rodoviários quanto ferroviários, como também da *farta energia elétrica fornecida pela CHESF e pela abundante matéria-prima de origem vegetal, mineral e animal*. Por último mas não menos importante eram citados dois elementos definidores do comprometimento da administração pública nesta tentativa de captação de capitais: *facilidades oferecidas pela Prefeitura Municipal, pelo Governo do Estado e pela União para instalação de novas indústrias; e baixo custo e facilidade de aquisição de áreas para localização de indústrias*.

Para concluir o documento, o reforço da certeza:

Parece não merecer contestação que as condições locais apontadas garantem boa rentabilidade econômica para quantos realizem investimentos de capitais em Campina Grande.

Para dar abrigo a tudo isto, pois, as gestões que se sucediam na prefeitura procuravam ocupar o lugar de sujeitos das transformações urbanas. Afinal, era preciso refazer continuamente a cidade - em termos materiais e também imagéticos - para possibilitar a vida neste turbilhão em que ela se tornava a cada dia, bem como para evitar quaisquer dúvidas quanto ao seu caráter de centro urbano em crescimento. Apenas isto deveria ser percebido por quem aqui chegasse ou vivesse; havia um apagamento de outros sentidos e de outras percepções.

Falava disto, certa vez, um colunista do Diário da Borborema, cobrando a pavimentação da Rua Campos Sales e a sua transformação em via de acesso para os visitantes que desejassem se dirigir ao centro da cidade: para ele esta obra era premente, tendo em vista

(...) o extraordinário desenvolvimento que vem alcançando ultimamente o bairro de José Pinheiro – o mais populoso subúrbio campinense – e com a vantagem que ofereceria o desvio da estrada pela mencionada artéria, por oferecer melhor visão panorâmica da cidade, ao visitante que chegasse a Campina Grande de automóvel, procedente do Recife ou de João Pessoa. (DB, 07/03/1959: 07)

Obras de eletrificação, de melhorias no abastecimento de água, reorganização da máquina administrativa, isenções de impostos: tudo que era possível era tentado a fim de que as atividades econômicas

que parecessem dinâmicas se instalassem no município, aproveitando e fortalecendo a sua modernização.

A gestão do prefeito Elpídio de Almeida, a encerrar-se neste mesmo ano de 1959, foi fértil em tais iniciativas; durante os anos em que o *Dr. Elpídio* esteve na chefia da municipalidade foram inúmeros os atos de recomposição do espaço urbano, ele inclusive procurando sempre se fazer presente em meio a limpezas de terrenos, construções ou recuperações de obras ou prédios públicos e na comemorada iniciativa de arborizar algumas ruas centrais.

As intervenções do poder público municipal neste período fazem um curioso contraste, por exemplo, com a política de modernização que a cidade havia conhecido nos anos quarenta, sob a prefeitura de Verniaud Wanderley. Naquela ocasião o prefeito comandou uma radical reforma no centro urbano da cidade, derrubando prédios com um vigor que surpreendeu e deixou sem muitas possibilidades de reação a elite formada pelas *famílias importantes* do lugar. Algumas destas perderam boa parte de seu patrimônio imobiliário graças às quase sempre irrisórias indenizações pagas.

Tamanho furor da prefeitura justificava-se pelo desejo de alguns setores da sociedade campinense de *modernizar* a cidade, de adequá-la a padrões estéticos que, supunha-se, eram típicos e característicos de uma cidade à altura de seu tempo. Para tanto, lançou-se mão de intensos movimentos de demolições e construções, numa tentativa vertical de implantação de modelos estéticos para a sociabilidade campinense: os cidadãos, enfim, precisavam aprender a transitar por aquela *nova* cidade que emergia das ruínas produzidas

pela ação enérgica da administração municipal, bastante personalizada na figura de Verniaud Wanderley.

As reformas da década de 1950 pareciam, ao contrário, brotar da própria cidade, ao invés de se assemelharem às idéias - mesmo ousadas - de uma ou outra pessoa. Para os letrados campinenses desta época a modernização que a cidade sofrera há bem dez anos havia sido, ao seu modo, necessária, mas demasiado autoritária, exageradamente voluntarista, parecia algo que tentava enquadrar a cidade ao invés de desenvolver-se *a partir* dela, o que explicava tantas reações. Em contrapartida, toda uma discursividade articulou-se a defender as mudanças do presente, visto que elas eram entendidas como o destino da cidade, como determinações da *verdade* de Campina Grande, elementos inscritos desde sempre na sua alma e que desabrochavam naquela circunstância porque era aquele o tempo da redenção da cidade.

O crescimento da cidade era, como fez ver o Diário da Borborema na edição de primeiro de janeiro de 1959, *incontrolável*. Cabia apenas saber aproveitá-lo, direcioná-lo, providenciando para que determinadas carências fossem supridas e tudo pudesse seguir seu curso *natural*. O que mais fazia falta cabia numa lista breve: *água, pavimentação, Instituto de Educação, Escola Normal para moças, grupos escolares, ampliar e melhorar a saúde, ajuda para a agricultura, hospitais, obras sociais*. (DB, 28/02/1959: 02)

Mas este *crescimento incontrolável* tinha *um sentido*, ou seja, era percebido nos termos de um sentido que lhe orientava. A cidade estava se desenvolvendo, mas isto não era uma expressão

neutra ou vaga; ao contrário, o que se pensava era que tal ocorria graças à industrialização; seu incremento seria a garantia do prosseguimento do progresso.

Tamanha felicidade futura, no entanto, não parecia – mesmo com tantas indicações de ânimo e de confiança no amanhã – ser uma conquista tranqüila para os campinenses. Havia, sem dúvidas, uma grande expectativa em torno do progresso, como dizia Epitácio Soares na sua coluna do dia quatorze de março:

Evidentemente, Campina Grande está vivendo uma fase em que a industrialização se impõe como único instrumento de sua sobrevivência. Paulatinamente a cidade vem perdendo aquela hegemonia comercial, que fazia convergir para aqui capitais de todas as grandes e pequenas praças do Nordeste. Já hoje podemos sentir a concorrência feita por Natal e Fortaleza ao comércio campinense, principalmente ao comércio algodoeiro, que foi o alicerce de muitas das fortunas locais.
(DB, 14/03/1959: 07)

Contudo, esperar não significava ter a garantia da efetivação do sonho. Já no editorial da edição do dia primeiro de janeiro de 1959 o Diário da Borborema alertava:

Em nossa cidade, pulverizaram-se as esperanças de um surto industrial que se prognosticava animador. Indústrias tradicionais detiveram sua expansão, algumas outras ficaram paralisadas, enquanto não se instalaram novas fábricas nem

novos estabelecimentos de qualquer ramo industrial. (DB, 01/01/1959: 02)

Era a opinião do jornal que este quadro devia-se à *retração dos mercados consumidores e do crédito, resultado do plano de estabilização monetária do governo federal*, então às voltas com uma inflação persistente. (DB, 01/01/1959: 02)

Esta era uma anteposição – da qual o Diário da Borborema foi um divulgador pleno, no sentido de que permitia que ambas as posições, e muitas outras, encontrassem espaço nas sua páginas – que colocava de um lado os projetos de desenvolvimento da cidade e de outro o drama das injunções macroeconômicas que impossibilitavam a materialização em fábricas dos desejos que eram a massa de construção do cotidiano dos campinenses. Ora, num momento em que, como dizia o jornal, vários indicadores econômicos *apontavam para um decréscimo da importância das economias puramente mercantis ou agrícolas no cenário do capitalismo nacional e internacional*, lembrar que esta transformação era difícil significava matar a fé com a desesperança. (DB, 01/01/1959: 02)

Como contraposição a este panorama de relativo esfriamento das tensões e dos desejos uma alternativa impôs-se como verdade indiscutível. Vivendo o Brasil naqueles anos um estágio de paz institucional a que muitos não se negavam a chamar de *democracia*, pensou-se que apenas com o estabelecimento de um *compromisso* da sociedade com o Estado é que o progresso e o desenvolvimento viriam. Todos os cidadãos colocando nas mãos de um líder

suficientemente preparado os seus destinos e, por conta disto, o desenvolvimento se fazendo: era este o panorama apresentado pelos líderes políticos de Campina Grande naquele fim de década como *verdadeiro*.

Uma prefeitura forte, cujo vigor derivaria da conjunção de dois fatores básicos (a *capacidade* do prefeito e a cumplicidade da população), seria o espaço ideal para a implantação de um programa de administração da coisa pública *verdadeiramente moderno*, que tornaria real o desenvolvimento da cidade. Só assim se teriam as condições efetivas de se dar seguimento a este projeto, que implicava fundamentalmente na preparação das bases materiais e subjetivas necessárias para a definitiva entronização de Campina Grande no posto de *Metrópole*, mesmo que do *Polígono da Seca*.

O que se percebe então é que o espaço da política – melhor dizendo, da disputa político-partidária por cargos eletivos – esboçou-se como um lugar privilegiado, um centro de atenções, um lugar de onde emanavam sentidos e por onde passavam com mais ênfase os fios diversos do movimento da história.

Em termos específicos de Campina Grande, para estas vozes, como já vimos, a cidade atravessava momentos definidores naquele fim de década (no que se refere à refeitura de seus modos de existência), e todo o *processo*, para usar um termo caro aos homens da época, passava necessariamente por questões *políticas*, ou seja, pela ocupação do Estado. Seria por intermédio das práticas relacionadas ao âmbito da política que se produziram os desdobramentos vários da história campinense de então. Mas não

se falava de qualquer política: falava-se de uma política que era atravessada pela supervalorização do planejamento.

Ora, a intervenção que a política juscelinista promovia no país se manifestava exatamente através da prática de desenhar no presente os traçados a serem percorridos no futuro, isto ocorrendo graças ao planejamento. O planejamento juscelinista, assim, projetava-se enquanto um discurso que se promovia como o único a conseguir ultrapassar a aparência dos fatos, o indiferenciado amontoado de acontecimentos que compunha a vida cotidiana, para alcançar a verdade da realidade e informar aos homens como torná-la efetiva, *concreta*.

O planejamento, um olhar moderno sobre o real, procurava definir quais os caminhos que a realidade deveria seguir na construção do futuro. As coisas deveriam estar cada uma no seu *devido lugar*, ou seja, naquela inscrição espaço-temporal que apontaria no presente o futuro a ser construído.

As práticas do planejamento, então, apareciam como um olhar moderno por sobre a realidade. A chave do planejamento parecia ser extremamente feliz, porque resolvia a aparente desordem causada pela modernização com o entendimento de que o mundo e as relações humanas poderiam ser enfrentados e transformados através de iniciativas preparadas e projetadas quase que matematicamente. Frente aos movimentos de crescimento urbano (tanto em termos de espaço físico quanto em termos de espaço populacional) e de diversificação social, percebia-se que as explicações tidas até então como válidas não conseguiam mais acompanhar o ritmo daquilo que elas deveriam traduzir. Novos desafios eram propostos pelos

movimento aparentemente insanos da história, e os tecnocratas passam a ocupar um lugar chave: eles possuíam as ferramentas para a descoberta do mundo num instante em que não era mais suficiente a experiência.

Uma dimensão do movimento destas idéias foi a tematização do Estado como o grande responsável pelo desenvolvimento, ou seja, a sua identificação com a figura de um Sujeito responsável pelas transformações que a sociedade precisava sofrer.

Tais discussões não ocorriam de forma isolada em Campina Grande. Ao contrário, esta centralização *das esperanças* na política era um desdobramento que percebia-se ocorrendo nas relações das massas frente ao Estado no Brasil todo. A seguir-se a argumentação de Durval Muniz de Albuquerque Jr., tal fenômeno deveu-se à maneira como se desenrolou a Modernidade no Brasil, com a urbanização acelerada produzindo nos cidadãos a imagem do espaço como local a ser conquistado e refeito a cada instante. (Albuquerque Jr., 1994)

Disseminada como última referência, a idéia de nação ao mesmo tempo dava uma garantia de estabilidade psíquica aos homens desterritorializados pela modernização e os prendia numa esfera de significados únicos e centrais. Este dispositivo impedia a proliferação de outros sentidos e de outras percepções, resultando este movimento, em termos institucionais, na produção da idéia de Estado Nacional, entendido a partir daí como a referência central das nações e dos povos. A idéia de Estado, como se imagina, amplia para as esferas das relações sociais mais amplas a crença na identidade única.

movimento aparentemente insanos da história, e os tecnocratas passam a ocupar um lugar chave: eles possuíam as ferramentas para a descoberta do mundo num instante em que não era mais suficiente a experiência.

Uma dimensão do movimento destas idéias foi a tematização do Estado como o grande responsável pelo desenvolvimento, ou seja, a sua identificação com a figura de um Sujeito responsável pelas transformações que a sociedade precisava sofrer.

Tais discussões não ocorriam de forma isolada em Campina Grande. Ao contrário, esta centralização *das esperanças* na política era um desdobramento que percebia-se ocorrendo nas relações das massas frente ao Estado no Brasil todo. A seguir-se a argumentação de Durval Muniz de Albuquerque Jr., tal fenômeno deveu-se à maneira como se desenrolou a Modernidade no Brasil, com a urbanização acelerada produzindo nos cidadãos a imagem do espaço como local a ser conquistado e refeito a cada instante. (Albuquerque Jr., 1994)

Disseminada como última referência, a idéia de nação ao mesmo tempo dava uma garantia de estabilidade psíquica aos homens desterritorializados pela modernização e os prendia numa esfera de significados únicos e centrais. Este dispositivo impedia a proliferação de outros sentidos e de outras percepções, resultando este movimento, em termos institucionais, na produção da idéia de Estado Nacional, entendido a partir daí como a referência central das nações e dos povos. A idéia de Estado, como se imagina, amplia para as esferas das relações sociais mais amplas a crença na identidade única.

Nestas circunstâncias o espaço da política torna-se espetacular, no sentido de que a população urbana vai se inserir num movimento de produção de sentidos cuja finalidade é fazer com que todos consigam encontrar na política as referências perdidas na vida pessoal e coletiva. Os *políticos*, envolvidos agora com grandes aglomerados urbanos, redefiniram sua maneira de atuar, investindo em grandes apresentações que, programadas, constituíam-se na única aproximação com o povo, com os eleitores. Os contatos, então, passam a ser mediados pela propaganda, tornando-se o encontro entre uma identidade pública do candidato com massas preparadas previamente – por agências várias de imposição de modelos - para ver em cada líder a encarnação daqueles valores que a modernização, com os seus abruptos movimentos de destruição dos territórios afetivos costumeiros, havia estraçalhado. (Lenharo, 1986)

As práticas educativas produzidas como *novidade* por esta época fizeram-se herdeiras de todo esse debate, no sentido de que, frente às inquietações que a modernidade estava provocando, produziram respostas a partir da valorização da temática da *cultura popular*. Isto quer dizer que, para reagir a um intenso e angustiante movimento de estraçalhamento dos territórios *tradicionais* (no sentido de conhecidos, costumeiros, habituais), os movimentos populares de educação estruturaram-se partindo do suposto de que a solução estaria em acordar a consciência do povo, fazendo-o consciente e sujeito de sua história.

Numa outra direção, as iniciativas de reforma educacional que partiam do Estado inseriam-se neste movimento graças à sua

percepção da educação como instrumento de adequação dos cidadãos ao *destino histórico* das nações, numa posição *histórico-salvacionista*. A ação da máquina estatal na garantia de escolarização para as massas ocuparia, aí, o papel do intelectual que – por deter a consciência e a capacidade de ver através das aparências, descortinando no presente sinais do futuro que *há de vir* – fala, age e ordena o mundo em nome do povo.

* * *

Ao lado desta caracterização festiva, no entanto, proliferavam problemas e tentativas de solucioná-los, estas tentativas sendo articuladas em função do desejo de impor para a cidade uma máscara de prosperidade e desenvolvimento.

A cidade demonstrava - vista de um certo ponto de vista - um crescimento que a emparelhava, guardadas as devidas proporções, aos grandes centros do país. Mas faziam-se presentes elementos que falavam de outra lógica, de outras dimensões de existência que divergiam deste *modelo desenvolvimentista*. Estes desviantes eram personificados na manifestação no espaço urbano de elementos desconectados desta imagem maior e sedutora. Campina Grande sonhava em ser São Paulo, em ser Metrópole, mas arcava com o ônus da complexificação das relações sociais e com tudo quanto decorria disto. Tamanha preocupação com o estabelecimento de uma semelhança com os modelos que se dissolviam na definição geral resumida no nome de *São Paulo*, então, tinha um desdobramento inesperado e frente ao qual os campinenses

precisaram compor novas estratégias de relacionamentos sociais. (Nascimento, 1990; Valle & Queiroz, 1984)

Como alertara, já em 1956, um estudioso que se debruçara sobre o quadro sócio-educacional do estado de Pernambuco:

Atrás das fachadas e dos anúncios luminosos das avenidas de nossas capitais que refletem a criação de um Brasil novo, de desenvolvimento industrial e comercial capaz de provocar exclamações admirativas dos que nos examinam e observam superficialmente, reside um mundo de contradições, cujas origens são ainda coloniais, mas que se acentuam, dia a dia, justamente pelos desequilíbrios provocados por tal desenvolvimento, e, por isso, tornam cada vez mais cruciantes, decisivos e perigosos os problemas que de tais contradições resultam. (Moreira, 1959: 21)

Celso Furtado também preocupava-se em atentar para a cisão entre a imagem de *País de futuro* que alguns decalcavam do Brasil e as *questões sociais*:

Essa imagem contribuiu para ocultar outros aspectos da realidade de um País de recursos inaproveitados, em que a miséria de grande parte da população não encontra outra explicação que a resistência das classes dominantes a toda mudança capaz de por em risco seus privilégios. (Furtado, 1979: 01)

A cidade estava crescendo, havia – como se viu páginas atrás - uma quantidade notável de indicadores que apontavam para a repetição aqui de padrões de organização da produção econômica que já faziam furor em outros pontos do país, mas a contrapartida era o aumento da população. Um grande *senão* que se contrapunha aos delírios paradisíacos então em voga era a presença, pelas ruas, de um número crescente de indivíduos postos à margem de tantas felicidades. Para estes o Diário da Borborema, por exemplo, divulgava uma campanha que era explícita nos seus fins: *Ajude no progresso de Campina Grande colaborando com a campanha de recuperação dos menores delinquentes*. (DB, 1959, ed. div.)

Por aqueles dias Campina Grande já conhecia, e se ressentia muito com isto, uma sensível participação, no cenário das ruas, de migrantes desempregados e subempregados. Estes, em função de sua inserção no mercado de trabalho, eram tematizados ora como um auxílio ora um empecilho para o desenvolvimento de Campina Grande.

Em 19 de maio este jornal alardeava um panorama assustador: segundo ele, *nunca houve tanta falta de emprego em Campina Grande*, sendo grande também o número de *subempregados*. Era cobrado um olhar das administrações públicas para este problema, mas sem que isto quisesse dizer que a solução era *inchar o serviço público*; o que deveria se fazer era *expandir as indústrias*. Campina Grande estaria vivendo *um quadro típico das cidades que absorveram o êxodo rural, o que agravou problemas de abastecimento, de transporte, de escolas, de assistência sanitária, moradia, etc.* (DB, 19/05/1959: 08)

Num Editorial de janeiro de 1959 o Diário da Borborema chegava a dizer que entre todos os problemas da cidade, dois se sobressaíam: *o crescimento desordenado e sem planos dos bairros e o alargamento da terra arrasada ao redor da cidade, por conta dos loteamentos*. Uma questão movia esta preocupação: como alocar os novos moradores sem desorganizar o traçado urbanístico? Em linhas gerais as soluções encontradas eram construídas a partir do ponto de vista de que as novas ocupações do solo urbano eram desorganizadas porque estes novos habitantes da cidade não eram suficientemente preparados para viver em ruas, em bairros, em cidades, enfim. Ou seja, era tudo uma questão de educação, de preparo destas pessoas para a vida em comunidades urbanas, que experienciavam um ritmo diferente do típico da vida na zona rural ou mesmo em pequenas cidades. (DB, 11/01/1959: 02)

Havia também a necessidade de educar estas populações no tocante a cuidados sanitários:

Mais de mil crianças morrem por ano no município. Janeiro, o mês que apresenta maior índices de mortalidade. Falta de assistência e subnutrição as causas deste desgaste da população infantil. Precariedade dos postos de puericultura e outros órgãos assistenciais. (DB, 22/02/1959: 08)

Havia, como complemento, o fantasma da insegurança, já que havia apenas 20 soldados no policiamento noturno:

Uma cidade com uma população da ordem dos cem mil habitantes, e onde diariamente chegam elementos estranhos das diversas procedências, como é o caso de Campina Grande, é claro que não pode ser policiada com menos de 100 soldados, no mínimo. (DB, 07/03/1959: 07)

Ter medo e ver perigo de *desequilíbrio da ordem* em todos os instantes não era fruto apenas de uma sensibilidade paranóica impressionada pelos delírios da Guerra Fria. A tensão social naqueles anos já era um dado presente no cotidiano das cidades brasileiras, e exemplos de invasões por camponeses famintos eram frequentes. Por exemplo, grande destaque foi dado pela imprensa aos eventos ocorridos em meados de janeiro de 1959, quando a cidade de Soledade foi invadida por dois mil flagelados exigindo comida e trabalho. Os comerciantes deram comida aos invasores, a pedido do prefeito, em meio a grande pânico. (DB, 14/01/1959: 01)

A cidade tinha suas fronteiras abertas e isto gerava sentimentos ambivalentes, na medida em que os recém-chegados eram entendidos como uma ameaça à tranquilidade se não eram incorporados de alguma forma ao cotidiano *habitual*, o que só ocorreria por intermédio de sua inserção no mercado de trabalho – quando, aí, estes novos habitantes recebiam uma carga de sentidos mais positiva para os *da terra*. Aos olhos da época, e talvez já desde os anos em que Getúlio Vargas macaqueava o nazi-fascismo sob as águias do Catete, a população em geral era entendida como um fator produtivo a mais, um Jano moderno que expunha de um lado a sua face de mão de obra e de outro a de mercado consumidor. Duas

faces, mas inseparáveis e definidoras do homem. Afinal, definidor mesmo era a relação deste homem – coisa genérica, logo inexistente, na opinião dos tecnocratas – com o trabalho.

Os migrantes seriam aquilo que fosse possível, ou seja, sua identidade era uma função das circunstâncias, e seriam tanto mais bem recebidos quanto sua apresentação se fizesse de forma a torná-los semelhantes a um modelo em voga na sensibilidade da época, pelo qual o homem deveria ter em mente o firme propósito de *permanecer, vencer as solidões e os horizontes, desbravar e criar, fundar e erguer* suas mãos não portando outra coisa senão as armas *do trabalho em paz*. (Moraes, 1991: 37)

Indigentes, deficientes, mendigos, vagabundos, velhos e doentes sem recursos, crianças sem pais, mães e viúvas sem proteção, camponeses sem terra, cidadãos sem domicílio, operários sem emprego, abandonados por conta do crescimento e feridos pela civilização, marginais de toda espécie.... (Castel, s.d: 21)

Infinda a lista dos muitos que migravam para Campina Grande antes de se lançarem no mar oceano de terra e desespero que separava seus lares das terras a conquistar,

(...) chegando em sua mudez cheia de esperança, muitas vezes deixando para trás mulheres e filhos a aguardar suas promessas de melhores dias; chegando de tantos povoados, tantas cidades cujos nomes pareciam cantar saudades aos

seus ouvidos, dentro dos antigos ritmos da imensa pátria (...),
(Moraes, 1991: 38-39)

e que por chegarem suscitavam reações que iam do espanto à prevenção, do horror às práticas de controle e vigilância. (Araújo, 1985)

Os espaços que eram ocupados por estes novos habitantes da cidade mostravam-se como uma confusão de sentidos. As pessoas que migravam da zona rural se assemelhavam pela carência de condições de uma vida decente, mas também pela surpresa perene frente às coisas novas que a vida na cidade lhes mostrava. Não raro, por exemplo, um ou outro sertanejo sucumbia à violência de um atropelamento, acostumado que era com um mundo transportado no lombo de bichos. A sua relação com a natureza torcia-se, o seu juízo como que não se conformava com aquelas práticas tão estranhas. Porque usar árvores apenas para embelezar ruas, por exemplo, ele não sabia; se ele fosse informado que este havia sido um procedimento usual na administração Elpídio de Almeida, que se encerrava naquele 1959, talvez o assombro crescesse.

Nestas confusões o homem do campo educava os sentidos: o chão que ele pisava era diferente, duro, imprestável para plantar; os caminhos seguiam por onde ele não conseguia prever, e regulavam-se por normas incompreensíveis, apertados entre paredes de prédios e casas que informavam eternamente que aquele mundo tinha outra geografia que não era nem de longe a sua. Entre esta realidade estranha e as imagens que se construía na sua cabeça

um chão seco de esperanças se oferecia aos seus pés. As horas eram diferentes, o sol e a lua eram meros ornamentos substituíveis pela iluminação pública, comer e dormir não eram como no sítio.

Tudo subvertido, o migrante perdia suas referências, deixava de saber o que era certo ou errado, procurava construir novas formas de viver, angustiava-se, sofria de vertigens, sentia-se perdido. *Como em turvas águas de enchente*, ele sentia-se *a meio submerso entre destroços do presente dividido, subdividido*, como se fosse o próprio *boi morto, sem forma ou sentido ou significado* dos versos de Manuel Bandeira, sem saber o que tinha sido, o que era ou o que seria. E tocava a ouvir os forrós do rádio – quem podia – ou a tomar aguardente nas bodegas da vizinhança. Os seus filhos, talvez, entenderiam este mundo virado...Pelo menos os que *se criassem* entre tantos feitos e paridos para morrer *anjos*. (Albuquerque Jr., 1994: 24-26; Bandeira, 1987: 190; Cardoso, 1988: 14)

Acomodar a todos não era tarefa fácil. Com o tempo um cinturão de moradias insalubres foi se montando, e a cidade foi se espraiando para além de suas fronteiras como uma mancha que cobria cada vez mais terra e céu – neste compasso áreas da cidade (ruas menos movimentadas das áreas centrais) começando a conhecer cortiços, habitações precárias que acolhiam mal e mal os restos das vidas que pela cidade se mostravam. Tanto nestes pombais humanos que se mostravam aqui e ali como nas habitações unifamiliares mais freqüentes na periferia as condições de vida eram precárias, as pessoas vivendo o que os observadores da assistência social considerariam uma *promiscuidade indefensável*. Tais fatos

levavam à identificação dos moradores destas áreas com a sujeira, a doença, a morte, o atraso, e isto legitimava de certa forma um conjunto de discursos e práticas que se faziam no sentido de fazer do Estado um tutor dos pobres, um médico das enfermidades sociais que teria o direito de intervir em suas vidas e discipliná-las. De qualquer forma, o Estado não desejava nem ver todos mortos por alguma doença que por acaso se alastrasse, nem tampouco permitir que as sociabilidades se construíssem sem a sua mediação.

Mendigos desconhecidos, vivendo dias de sol sem resplendor interrompidos por noites de um céu descorado, *catando comida entre os detritos*, despontavam cada vez com mais frequência, e andar deixava de ser um passatempo seguro, principalmente na escuridão; a rua deixava de ser uma extensão da casa. Todo um conjunto de sinais foi articulado para a figura deste *delinqüente*, que era de uma maneira especial um figurante importante naquelas circunstâncias. (Bandeira, 1987: 179)

Ora, as famílias tradicionais campinenses haviam desenvolvido durante longos anos noções mínimas do que seria a sua *segurança* e a *paz social* da sua cidade, e estes dois enunciados não estavam ligados de forma alguma àquela nova realidade de tantos rostos novos pelas ruas. Estes seres estranhos, que não se enquadravam nas molduras tradicionais da cidade – não podemos deixar de ressaltar que decerto a cidade pouco ou nada se enquadrava nas molduras destes homens, exilados de si – eram facilmente rotulados como marginais, uma vez que seus hábitos pareceriam estranhos, difíceis de entender, impossíveis de reduzir às explicações habituais. Se, como vimos momentos atrás, a identidade produzida para estes

novos habitantes da cidade em uma função de sua ligação com o mercado de trabalho, era bem prático para os empregadores, as *classes produtoras*, como se dizia então, acenar para os seus *subalternos* com a figura do *delinqüente* e as ameaças de castigo que acompanhavam esta identidade. O *obediente, adequado, produtivo*, não precisaria temer... (Souza, 1988: 15-16)

Os habitantes da cidade se viam, pois, na obrigação de reaprender a conviver com seus espaços, agora um tanto redefinidos por novas formas de ocupação, por outras regras de convivência, a familiaridade sendo substituída pela estranheza, pelo desconforto. Pensava-se que uma solução adequada seria educar estes intrusos (os *forasteiros*, como se dizia então), no sentido de produzir neles a obediência aos estilos de convivência tradicionais do lugar. Os *forasteiros*, no entanto, viviam numa situação delicada. Por força da migração e do choque com a cidade, haviam perdido as suas referências e não existiam mais como os homens do campo que foram em algum lugar do passado; em contrapartida, não era fácil digerir os signos do mundo urbano e produzir uma adequação plena aos estilos de vida típicos da cidade, e a resistência à padronização se mostrava com frequência. O resultado era uma mescla de hábitos, ditos e gestos que existiam num limbo, nem sendo rurais nem urbanos, o que exilava estes migrantes cada vez para mais longe de tudo quanto lhes fosse familiar.

A precariedade que marcava a vida destes novos moradores, por outro lado, havia perturbado as estatísticas sobre a cidade, o que muito desagradava aos mais bairristas. Afinal, os índices que definiam Campina Grande como uma ponta de lança na região (e no

país, diriam alguns) quase que desapareciam quando se descobria, por exemplo, que aqui mais de mil crianças morriam por ano, e que os postos de puericultura – mas também os outros órgãos de assistência social – não conseguiam atender a todos satisfatoriamente, por falta de recursos e de pessoal treinado.

Os médicos apontavam, sem conseguir sensibilizar muito, que o problema mais grave talvez fosse a triste confirmação da dramática expressão de José Américo de Almeida: morria-se de fome na terra de Canaã. E morria-se em quantidade. (BD, 22/02/1959: 08)

Havia ainda o fantasma da epidemia, que era parte integrante dos medos de então. Os habitantes das áreas hierarquicamente mais bem posicionadas, as ruas e bairros tradicionalmente ocupados pela elite e apaniguados, estes eram os que mais temiam a possibilidade de uma doença qualquer ultrapassar os muros da pobreza e contagiar a todos. Era preciso, muitos achavam, promover uma campanha de restabelecimento da saúde da cidade, com a transferência dos cortiços do centro para os bairros mais periféricos e com a intervenção da saúde pública nos locais de maior *promiscuidade*.

Mas um momento especial estava se aproximando: em 1959 a cidade iria eleger o seu novo prefeito e os vereadores que teriam assento na Câmara Municipal na próxima legislatura. Os candidatos precisariam convencer os eleitores para ganhar seus votos, e alguns apelariam para uma forma de sedução nunca experimentada em Campina Grande. E que estava intimamente relacionada a todos estes elementos aqui descritos.

Da Disputa

*Mas o importante é não se fazer
com relação ao acontecimento
o que se fez com relação à estrutura.*

Michel Foucault

Parece que se veria na Campina Grande de 1959 uma paisagem que poderia ser assim retratada: comerciantes postos às portas de suas lojas trocando opiniões sobre este ou aquele candidato; frequentadores dos cinemas ou dos auditórios das rádios enchendo os intervalos com conversas sobre política; rodas de amigos deixando-se levar pelo calor das preferências partidárias enquanto esgotavam os estoques de cerveja ou de rum nos cafés; intelectuais da província analisando a *problemática campinense* à luz de modelos explicativos difundidos por uma abundante literatura sociológica então em voga; ouvintes aborrecidos procurando na programação das rádios locais algo que não fosse propaganda eleitoral.

Nenhuma destas imagens parece ser implausível; muito ao contrário, presentes nas fotografias e nas lembranças de vários indivíduos que viveram tais dias, elas nos possibilitam a figuração deste passado como um instante de *efervescência política* notável. Assim, tendo em vista isto e tudo quanto já foi dito nas páginas anteriores, não nos surpreendemos ao perceber que a problematização educacional que nos atraiu a atenção produziu-se

no calor de uma campanha eleitoral. Portanto, sobre ela falamos agora, muito levemente.

* * *

Há indícios de que a campanha eleitoral em 1959 foi intensamente disputada.

Naquele ano deveriam ser eleitos, como já se viu, um novo prefeito – que substituiria o de então, o médico Elpídio de Almeida – e os vereadores que comporiam a próxima legislatura. A disputa pela prefeitura constituiu-se no centro das atenções do eleitorado na ocasião, definindo inclusive os contornos da eleição para a Câmara de Vereadores. Isto ocorreu porque os postulantes a assentos no Legislativo Municipal naquele ano vincularam suas pretensões aos arranjos do embate entre os que queriam ser prefeito.

Parecia que o lugar do prefeito era *mais importante*, logo mais digno de atenção por parte de todos que com a dinâmica do pleito se envolvessem. Esta foi uma *verdade* que se fez, desde cedo, moeda corrente na cidade.

Haviam sido muitos os tranSES, e dolorosos, na construção das candidaturas à sucessão do *Dr. Elpídio*, como o então chefe da municipalidade era popularmente conhecido. Vários líderes locais – como se dizia, vários *próceres* – haviam sonhado, alguns apenas por um momento, em assumir o risco de concorrer nesta disputa, mas os naufrágios foram freqüentes. Ao fim e ao cabo de tudo, muitas amizades desfeitas pelo menos momentaneamente e muitos ombros postos lado a lado sem que nada além do interesse imediato

os irmanasse, dois candidatos se apresentaram ao eleitorado: Severino Cabral, pelo Partido Social Democrático (com o líder bancário Lúcio Rabelo como candidato a vice) e Newton Rique, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (cujo companheiro de chapa era o médico Bonald Filho).

No dia dois de Agosto, entorpecidos pela barulhenta campanha então promovida, os eleitores foram incisivos na opção pelo candidato pessedista, empurrando os sonhos de Rique para mais longe – ele seria eleito, finalmente, em 1963. A vitória de Cabral, que era deputado estadual desde 1950, era uma meia vingança: em 1955 ele havia perdido esta mesma disputa para Elpídio de Almeida, a quem agora sucederia.

Houve quem acreditasse, como o advogado Moço Amorim, ter sido aquela campanha *o maior acontecimento político ocorrido em Campina Grande*. Ao seu ver a distinção entre os candidatos a prefeito, montada a partir de suas identificações com modelos de riqueza ou pobreza, um se aproximando das elites e outro dos pobres (isso das mais variadas formas, configurando o que Amorim lembrava como *a campanha do proletariado contra o capitalismo*), fizera a singularidade da disputa de 1959, principalmente porque dera vazão a muitas discussões e a diversos gestos de efeito que produziram alarido e chamaram a atenção de todos. (In.: Dinoá, 2. vol., s.d.: 118)

Esta disputa mencionada por Moço Amorim é, por sua vez, bastante elucidativa do clima confuso e turbulento que caracterizou a campanha de 1959. Ora, na opinião de Amorim, o candidato a se aproximar das elites era o petebista Rique - exatamente o que

procurou mostrar-se como o preferido *dos humildes*, a quem auxiliaria com sua *capacidade*, oriunda de sua *boa formação*. Em contrapartida, o *candidato proletário* era Severino Cabral, cuja sustentação eleitoral garantia-se mediante o auxílio ao clientelismo, ou seja, ao dispêndio interminável de recursos num sangradouro cotidiano dos pedintes que freqüentavam a sua casa. Tal problemática nos ilustra a tese de que as identidades dos candidatos produziam-se ao sabor das conveniências: cada um era o que poderia ser a cada instante, e a escala de valores era fornecida pelo potencial eleitoral de cada atitude, de cada gesto, de cada postura.

Para além destas questões, a bibliografia produzida sobre esta época indica grande ebulição, seguindo os passos indicados pela fala de Moço Amorim. O jornalista e historiador Josué Sylvestre dedica, por exemplo, dezessete capítulos dos cinquenta e sete que compõem o seu livro *Nacionalismo & Coronelismo* (que pretende tratar, como indica o subtítulo, dos *fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba entre 1954 e 1964*) a esta campanha.

Ele produz um discurso (não só neste texto, mas em tudo o mais que escreveu sobre esta época) que afirma reiteradamente aquele momento como de corte, de ruptura na história recente de Campina Grande.

No seio da produção acadêmica tal posição parece repercutir, ainda que nuançada, visto que cada um dos estudiosos que pudemos consultar postou-se frente a esta campanha a partir da necessidade de equacionar problemas específicos, às vezes não tomando-a necessariamente como centro das análises.

Josefa Lúcia Jordão de Souza, na sua Dissertação de Mestrado intitulada *Agradando a Deus e ao Diabo – Um Estudo sobre a Gestão Severino Cabral*, chega a afirmar:

A campanha de Severino Cabral versus Newton Rique, em 1959, pela prefeitura municipal, é lembrada entre as disputas mais entusiásticas de Campina Grande. (Souza, 1988: 27)

Em outro estudo, também uma Dissertação de Mestrado (*A Geração Engajada: Busca de Espaços nas Velhas Estruturas de Poder – Um Estudo sobre o Centro Estudantal Campinense*), Gilmar dos Santos Nascimento apresenta esta campanha como merecedora de destaque por ter sido ela um momento em que desabrocharam *novas estratégias*, havendo a *criação e ampliação de novos espaços de articulação*, e a montagem de um *palco de acirrada disputa*, envolvendo as *facções dominantes locais que buscaram assegurar e legitimar seus espaços de reprodução e sobrevivência no poder*. (Nascimento, 1990: 107-108)

Não diferentemente pensa Martha Lúcia Ribeiro de Araújo no seu trabalho *Campina Grande: Poder Local e Mudança Nacional (1945-1964)*. Nesse texto há, mais intensamente que nos anteriores, a preocupação em vincular os eventos circunstanciais da campanha a modelos explicativos mais gerais e abrangentes – dentro do quadro da *nacionalidade* e do *capitalismo* – e a dinâmica local passa a ser referida às reflexões sobre o *desenvolvimento do capitalismo* no Brasil. Neste sentido a campanha de 1959 também encontra justificativas para seu caráter de momento destacado, visto

que a *modernização dos discursos políticos* nela manifestada (e que caracterizaria seu caráter de diferente) seria uma forma a mais da presença do estilo capitalista que ora se derramaria por sobre todas as experiências da vida social da nação. (Araújo, 1985)

Todos parecem, pois, fazer um estranho eco aos desabaços do jornalista Eptácio Soares, que escrevia no Diário da Borborema por aqueles anos. Para ele os dias se deixaram consumir então de maneira inaudita, e ele se confessava exausto ao fim do mês de julho de 1959, às portas da eleição:

O estado de saturação é absoluto neste fim de Campanha Eleitoral que graças a Deus vai encerrar-se daqui a mais quatro ou cinco dias. (DB, 26/07/1959: 07)

Ele dizia ainda não suportar mais *ouvir berrar-se das primeiras horas da manhã às últimas da noite*, sobre as *bondades* ou *ruindades* dos mais diversos *fulanos* que se expunham aos eleitores. (DB, 26/07/1959: 07)

No início do ano ele já havia alertado:

Inicia-se o ano novo de 1959 sob uma atmosfera política de grande intensidade, com as primeiras tomadas de posição dos partidos visando o pleito municipal a ferir-se em agosto próximo. (DB, 03/03/1959: 07)

Ele ainda lembrara nesta ocasião que o comentário geral em toda a cidade era *a efervescência do caldeirão político*.

Esta *saturação*, pois, atravessou décadas e instituiu-se enquanto *verdade* para vários discursos. Tornou-se referência básica, explicação necessária, *dado evidente*.

Mas o que houve, que tramas se urdiram para que os olhares que sobre esta eleição se debruçaram captassem sempre esta percepção de transcendência, de singularidade específica? O que deu estes contornos a esta figura histórica?

Todos fazem coro com uma constatação de Josué Sylvestre:

Em 1959, pela primeira vez na história política de Campina Grande, candidatos ao cargo de prefeito formalizaram programas administrativos através de documentos escritos e publicados para conhecimento do eleitorado e possibilidade da conseqüente cobrança do cumprimento das promessas. (Sylvestre, 1993: 245)

É este *fato* que todos apontam como definidor da singularidade desta campanha; é este ponto que, constituindo a diferença da campanha de 1959 frente ao resto do tempo, produz encontros entre os textos que buscam entender aqueles dias. A existência destes programas é construída, por todos esses discursos, como a marca do destaque de tal circunstância.

Vê-se, então, que os conflitos cotidianos que constituíram essa acirrada disputa produziram-se não somente relacionando-se a eventuais diferenças entre os candidatos mas basicamente em termos de elementos referentes à compreensão da cidade. Isto quer dizer que o que se colocou em jogo naquela ocasião não foi

exclusivamente este ou aquele cargo, mas fundamentalmente o que se posicionou como dado constitutivo de todas as movimentações foi a tematização da cidade, de suas transformações possíveis, desejadas.

O que opôs os candidatos que se apresentaram à população campinense em 1959 – convertida em *eleitorado* nos discursos de parte a parte – não foi então apenas um nome ou uma sigla; foi, também, a noção de cidade e a idéia de administração pública. Isto era o que transparecia a cada dia, até mesmo as configurações identitárias dos candidatos sendo montadas – por correligionários e adversários, num jogo de espelhos estranho e povoado por figuras díspares e mutáveis – em função destas distinções.

Os candidatos produziram-se para efeito de demonstração junto ao eleitorado como portadores de uma virtualidade ímpar: habitantes da cidade, como todos os outros cidadãos dissolvidos no contínuo desfile de vidas de que o cotidiano urbano se alimenta, diferenciavam-se aí pela clarividência. Viam para além do que era percebido pelo comum dos mortais, faziam com que a sua mirada fosse além das percepções dos cidadãos comuns, que apenas *utilizavam* a cidade sem pensá-la, sem sonhá-la. Era esta a figura que pensavam em mostrar para seu *público* – num raciocínio que, de início, desqualificava as minúsculas intervenções praticadas no traçado da cidade pelo *cotidiano* da população.

Para esta figuração por eles incorporada a cidade era um imenso campo de intervenção, uma página em branco em que seria escrita uma verdade que, em última instância, era apenas uma representação dos destinos e das potencialidades inerentes à própria cidade.

Neste movimento instaurava-se uma outra cidade por entre e por sobre aquela que vista e experienciada cotidianamente. Este movimento de criação se processava a partir de uma operação em três movimentos: a princípio, definia-se o que era ou não legítimo, através de uma valoração a que tudo e todos eram submetidos. Aquilo que não se coadunasse com o projeto mais amplo que se buscava difundir deveria ser tido e entendido como descartável e como tal deveria ser expulso dos limites do aceitável.

Após isto promovia-se a instituição de uma temporalidade específica para todas as atitudes: assim, um tempo teleológico e cientificista ocupava os espaços de preocupação com os instantes. Só valeria o que se incorporasse neste esquema, pelo qual o passado acabara, o futuro deveria ser construído e o presente funcionava como preparação dessa epifania.

Um terceiro movimento consistia em promover a *criação de um sujeito universal e anônimo que é a própria cidade*. Este momento aparecia como o de legitimação de todas as iniciativas anteriores; nele estabelecia-se que a *cidade* era a definidora dos encaminhamentos que se tomavam para alterá-la, retraçando-a, transformando-a em algo diferente, procurando convertê-la em fonte de lucro. (Certeau, 1994: 173)

Aquilo que legitimava as projeções realizadas por cada discurso dos candidatos, bem como o que estabelecia que os instantes deveriam ser entendidos ora como momentos de transformação ora de espera – tudo era subsumido na crença de que as verdadeiras definições eram dadas, na realidade, pelo *ser* da cidade.

Este jogo, tal como houve na circunstância aqui narrada, é contado, por quem a ele se dedica, com palavras que tratam de ressaltar o dinamismo dos movimentos, a fluidez das significações, a intensidade das experiências envolvidas. Fala-se, então, de agitação.

Estas características produziram-se, pois, num panorama inusitado. Ocorreu uma sucessão de eventos durante os meses entre a preparação das candidaturas e o momento de colocar na urna o voto, eventos estes que produziram uma feição bem singular para aquela campanha no quadro geral da história das eleições campinenses, mesmo a cidade já sendo famosa pelo ardor das paixões políticas de seus habitantes. Quanto não bastasse a importância do pleito em si – afinal, era a própria gestão do município que estava em jogo – os candidatos agiram como se entendessem desde sempre que se produzia a cada dia a necessidade de que o convencimento dos eleitores teria que passar pelo uso de formas de sedução novas, nunca experimentadas em Campina Grande. Havia, afinal, uma cobrança generalizada do eleitorado, que desejava experimentar maneiras outras de fazer política, de agenciar as relações entre os candidatos e o seu público, entre as postulações e o ato em si de gerir os destinos da cidade.

Nunca, na história de Campina Grande, candidatos a qualquer coisa que fosse haviam se dedicado ao mister de defender suas idéias através da divulgação de um documento escrito, um programa de governo consistente e articulado. Discursos nos palanques, manifestos publicados em jornais ou impressos às expensas de correligionários mais abastados, tudo isto era antigo, imemorial; os

campinenses estavam já cansados de tais papéis rondando suas vistas, ocupando sua atenção por um momento enquanto um grito mais atraente ou uma frase mais criativa não era pronunciada de um lado ou outro do espectro político-partidário.

Mas em 1959 a escrita da eleição traçou uma trajetória qualitativamente diferente. Esta *urbanização* da política continuou, a até mesmo adensou-se, e não se fez central uma produção fragmentária e circunstancial de mensagens pelos candidatos, preparadas e distribuídas pelas ruas ou em espaços pagos da imprensa, papéis que mal lidos já deveriam ser esquecidos, rasgados, desconsiderados. Ao contrário, em tempos de modernização acelerada e de estímulo a mais rapidez nos movimentos da história, os candidatos a prefeito de Campina Grande investiram numa produção escrita que ia em direção contrária ao que se fazia *tradicionalmente*. Produziram-se então textos amplos, profundos, que recortavam a cidade sob diversos pontos de vista e expunham-na como um paciente é descrito numa lição de anatomia – mas as descrições parcelares sendo costuradas, todas, a partir de uma leitura anterior e fundante.

Os manifestos estilhaçaram a cidade, para construir com os seus cacos uma imagem coesa, possível num futuro próximo. Dependia-se para esta reconstrução apenas da aceitação da série de recomendações que acompanhava a dissecação. Os manifestos eram simultaneamente exame, diagnóstico, receituário – uma terapêutica completa, e da qual não se admitiam divergências.

Estes projetos para o futuro, que se entendiam como modernizadores, produziam-se como uma capa que tornava invisível

qualquer outra formulação que se pudesse pensar para a cidade, principalmente se estas *outras* visões partissem das camadas sociais menos privilegiadas. Eles tomavam a *sua* imagem como a imagem *natural*, e condenavam todo o resto ao silêncio. A alteridade não estava no campo do visível, para os que se produziam como *senhores* de Campina Grande; ao seu ver, a cidade era uma página em branco, um lugar vazio a ser preenchido, e não um mapa de muitos caminhos a serem respeitados.

A imprensa dava larga abertura a tais movimentações, a tais *novidades* na política, como se vê por exemplo nesta citação de uma coluna do jornalista José Lopes de Andrade, em que ele defendia a idéia de que os novos tempos da política – tanto nacional como local – eram não mais de *pioneirismo*, como nos dias em que os desígnios da autoridade concentravam-se nas mãos das *elites tradicionais*, mas sim de *planejamento e racionalização*. Mesmo que a *tradição* devesse continuar *valorizada*:

(...) é indispensável que os sucessores e os remanescentes das gerações pioneiras se apercebam que a mudança das condições gerais do desenvolvimento de Campina Grande exige uma liderança nova, muito mais agressiva do que a anterior, a fim de que a cidade possa manter o seu ritmo de progresso e aumentá-lo até a conquista de um patrimônio maior e mais valorizado. (DB, 11/01/1959: 02)

Perceba-se na argumentação deste jornalista a crença no poder demiúrgico da política e de seus atores mais característicos

(os *candidatos*, os *líderes*, etc.). A mudança que se enunciava nesse tipo de discurso como *necessária* para Campina Grande era entendida, simultaneamente a tudo, como algo que decorreria graças à ação de alguns sujeitos. A coletividade era tematizada aí como *assujeitada*, ou seja, como um grupo cuja coesão se processava na exata proporção da sua dependência com relação às instâncias de decisão efetivas, representadas pelos *líderes sociais*.

O que ocorria, então, era que se produziam estratégias as mais diversas de reforçar esta crença, principalmente no sentido de estabelecer como cada vez mais *natural* a sua presença por entre os cidadãos. Estava em evidência a penetração da *política* (ou seja, da sua dimensão institucional) em cada vez mais espaços das sociabilidades, tal movimento procurando fazer-se de forma criativa e radical. E isto, quando levado às práticas típicas das praças e dos comícios, causava impacto, ainda mais porque o uso de um recurso mais, digamos, *moderno*, por parte de um candidato impulsionava a ações símiles no campo adversário.

A apresentação das duas candidaturas a prefeito de Campina Grande, naquelas circunstâncias, seguiu roteiros particulares, estranhamente próximos e distantes entre si. Elas procuraram imprimir-se de maneiras singulares na percepção dos campinenses, buscando diferenciar-se uma da outra, fazendo com que os eleitores se vissem na necessidade de fazer uma escolha entre modelos contrastantes de fazer política e – o que só o futuro se encarregaria de demonstrar – de administrar a coisa pública.

O movimento de constituição das candidaturas, arrastando-se pelo longo tempo que transcorreu entre o lançamento dos nomes

e a eleição propriamente dita, fez-se de sorte a que o centro das postulações se encontrasse na pessoa do candidato (entendido como o *sujeito* capaz de efetivar as mudanças que a sociedade exigia), cada um sendo produzido de sorte a ser o *outro* do seu oponente, identificando-se assim tanto em função de suas características quanto das eventuais diferenças que se pudessem ir articulando. Assim, semelhanças produziam-se em certos recortes, enquanto que outros geravam dissonâncias.

Estes percursos se fizeram como se houvesse em circulação um modelo mínimo para o *candidato ideal*, modelo este que se igualaria à soma das expectativas de todos os segmentos da comunidade e que deveria ser preenchido. O melhor candidato seria aquele que mais se aproximasse desta imagem, aquele que mais se assemelhasse a este *sonho*.

Um caminho que pode ser fecundo para entender isto talvez seja continuar acompanhando algumas expectativas do Diário da Borborema com relação à constituição desta imagem *ideal* para o candidato a prefeito de Campina Grande. Este jornal funcionava de uma certa forma como uma matriz distribuidora de sentidos, na medida em que aglutinava boa parte da intelectualidade campinense e mantinha-se firmemente atento aos menores desdobramentos da campanha.

No *Panorama Político* da edição de oito de janeiro, nomes já começavam a se insinuar: o jornal praticava nesta coluna uma interessante divulgação dos candidatos, dando-lhes uma visibilidade toda especial, expressando uma carga de valores que iria se

tornar explícita ao longo do ano, ainda que o *Diário* alardeasse sua imparcialidade. (DB, 08/01/1959: 03)

Neste dia o comentário era que se afirmava, já por esta época, a candidatura do empresário Newton Rique, pelo PTB. E o jornal cuidava em divulgar que ele planejava passar dois meses no Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), da Fundação Getúlio Vargas, para se preparar. Lá, em contato com técnicos e burocratas, iria amadurecer reflexões sobre os problemas da cidade, ou seja, sobre elementos da vida da Campina Grande de então que lhes pareciam *problemáticos*: água, ensino primário, industrialização.

Mal aparecia no horizonte como candidato e Newton Rique já era demonstrado como uma figura de impacto, *esclarecendo* com certa pressa que isto ou aquilo era digno de atenção por parte da administração municipal. É interessante perceber, no entanto, que era visto como *problema* exatamente aquilo que poderia significar empecilho para a concretização de seu sonho de cidade. A prefeitura, sob a sua gestão, atenderia as demandas que cobravam um mais bem articulado sistema de distribuição de água, ou uma melhor estruturação do ensino primário, mas tudo isto era sintetizado na preocupação maior, que dava sentido a todas as outras: a industrialização. Esta era a marca da candidatura Rique. Sua postulação, assim pensava o colunista do Diário da Borborema, galvanizava *o eleitorado esclarecido, independente, descompromissado*.

Contudo, faltava-lhe – assim pensava nosso articulista – *um banho de povo*. Para conseguí-lo Rique tentaria articular-se com lideranças várias, mesmo de fora de seu partido, a fim de atenuar

um pouco o *peso* que representava a liderança petebista no Estado, o senador Argemiro de Figueiredo, pelo que este tinha de comprometido com o que se construía, naquelas circunstâncias, como *o passado*.

A busca deste apoio alternativo era através da *amizade*. O vocativo dos discursos de Rique aludia a isto: suas falas começavam, invariavelmente, com o bordão *Campinenses Amigos!*, com o qual ele buscava dissolver eventuais diferenças que porventura pudessem existir entre seus aliados e eleitores. O objetivo divulgado pela sua candidatura, a fim de seduzir o eleitorado, era desenvolver a cidade, e isto eliminava, ao seu ver, eventuais diferenças de opinião ou de credo partidário. O importante para esta articulação discursiva era fazer com que forças várias se compusessem em volta do candidato, fortalecendo-o e confirmando a sua postura moderna, avançada, desvinculada com as práticas arcaicas e agora entendidas como pouco funcionais de fazer política.

No dia seguinte a análise desta mesma coluna se voltaria para o candidato do Partido Social Democrático, Severino Cabral. Sua característica principal parecia ser *a base popular*. As suas derrotas em eleições passadas nada queriam dizer, porque *a multidão é feminina e, conseqüentemente, volúvel*. Esta é uma imagem que, ao seu modo, dispensa comentários – ela diz de uma percepção da relação entre o candidato e o eleitor que naquele tempo seria muito repensada: até que ponto aquele que postula um cargo eletivo precisa parecer (ou *ser*) o *sedutor* das massas? Que vínculos se estabelecem entre os eleitores e os candidatos? (DB, 09/01/1959: 03)

A Cabral, pensava o articulista, faltaria *uma equipe, um staff*, o que se esperava que seria conseguido com o apoio da União Democrática Nacional. Já se entendia que a vitória de uma candidatura era fruto de inúmeros pequenos movimentos, de trajetos vários e muitas vezes conflitantes, numa orquestração que só seria viável com o concurso de uma série de profissionais distribuídos em função das necessidades de cada instante da exibição do candidato. Não bastava, era a opinião de várias lideranças e comentaristas políticos da época, uma personalidade carismática ou a prática sistemática do clientelismo (elementos que tão bem estavam colados à figura de *seu Cabral*); era necessário preparar os ambientes, fazer crescer carências, excitar desejos, movimentos que só uma orquestrada assessoria poderia executar.

É interessante perceber que o jornal executava assim uma dupla constituição dos candidatos, na medida em que apresentava esta apenas aparentemente neutra descrição. Senão vejamos. A imagem de Newton Rique é a daquele candidato que, já contando com a sua experiência de habitante da cidade, homem *esclarecido e independente* que é, partia para o Sul em busca de melhores condições para refletir sobre os problemas de Campina Grande. Lá, em instituições cercadas de um respeito e de uma probidade indiscutíveis, ele iria organizar o seu Plano de Governo. Tudo que o cerca é uma moldura de racionalidade, de competência.

A ele opõe-se Cabral, um cidadão que luta para ser prefeito mas que para tanto necessitava de uma *equipe*, ou seja, carecia de um apoio para subsidiar suas atitudes de candidato – só que ele não reconhece isto de imediato, ele precisa ser alertado pelo jornal, ele

precisa do amparo dos aliados para perceber esta falta, este vácuo nas suas articulações.

Ficaria a cidade entre dois pólos: de um lado, há um candidato que se sabe preparado para entender-se sobre as questões cruciais de Campina Grande, e busca o apoio dos melhores técnicos do país; de outro, encontra-se um candidato tão despreparado que ousa mostrar-se ao eleitorado sem sequer ter a percepção de que sua quixotesca maratona será em vão, visto que os tempos são outros e pedem novas formas de fazer política. Não é para menos que o colunista do Diário da Borborema cita na sua matéria uma crítica que comumente era feita a Cabral: *ele não tem sensibilidade para aprender a nova mentalidade do povo desta comuna*, e o colunista acha que uma forma de atenuar isto seria a escolha de um candidato a vice-prefeito *moço, dinâmico e inteligente*, o que poderia *atenuar os eflúvios de Newton Rique*. A vitória de Cabral, cria o articulista, só ocorreria se ele catalisasse o *anti-argemirismo*. A vitória de Cabral era uma função dos que o cercavam, e não dele mesmo.

Em entrevista publicada no dia dez de janeiro, tratando do futuro político de Campina Grande, o deputado e líder nacionalista José Joffily, por sua vez, defendia que *o prefeito de Campina Grande seria um bom governador, já que os problemas de CG são apenas uma escala reduzida dos problemas do estado*. (DB, 10/01/1959: 02)

E apressava-se em traçar a figura deste futuro prefeito:

O povo campinense saberá escolher o seu futuro prefeito. E por isso mesmo os partidos com ação neste Município saberão indicar candidatos verdadeiramente à altura do grau de adiantamento político dos campinenses, homens com folhas de serviços à coletividade, com bastante prestígio popular e com visão acentuada dos problemas da moderna administração, quer pública, quer em empresas privadas. (DB, 10/01/1959: 02)

O deputado Joffily era ligado a um grupo suprapartidário que se fazia presente em grande parte das discussões políticas e institucionais de então, defendendo posturas nacionalistas. Chamava-se *Movimento Nacionalista*, e tinha penetração em Campina Grande, onde congregava boa parte dos jovens profissionais liberais e universitários. Pelos fins dos anos cinquenta, este grupo já significava, por sua amplitude numérica e principalmente pela sua capacidade de mobilização, um contingente eleitoral considerável.

Por esta época este grupo ainda não se ligara a nenhuma candidatura em Campina Grande, apesar de que houvesse a impressão, por parte de muitas de suas lideranças, de que o apoio iria para Rique. Isto, por questões circunstanciais, acabou não ocorrendo, e eles indicaram o candidato a vice na chapa de Cabral. Mas, no momento desta declaração, o deputado Joffily ainda não tinha condições de saber para que lado seria levado a pender, e expôs uma figura que, dependendo de onde fosse olhada, tanto

poderia ser Cabral ou Rique. Ambos eram empresários, ambos poderiam alardear inúmeros serviços prestados à coletividade (se bem que, para cada um deles *serviços* e *coletividade* possuísem sentidos bem precisos), ambos viviam de administrar. Cabral talvez tivesse mais penetração popular, mas Rique era mais conformado aqueles tempos de Bossa Nova e afins, por seu fair-play...

A candidatura Newton Rique armou-se com o concurso de uma série de eventos que desde um certo tempo abalavam todo o Estado. Talvez um ponto de partida para entender isto seja a mudança de partido de Argemiro de Figueiredo, líder político local influente desde os anos trinta, que se viu levado a abandonar os quadros da União Democrática Nacional, indo para o Partido Trabalhista Brasileiro em 1958. Nesta troca de siglas havia muito mais do que apenas uma indisposição partidária ou do que uma querela programática: o existir dos Partidos Políticos na Paraíba articulava-se com as práticas a nível nacional destas agremiações, de forma que as regras miúdas e cotidianas da convivência interpessoal dos *líderes*, as idiosincrasias particulares de uns e de outros e os conchavos ocasionais definiam as estratégias, as alianças, a direção dos movimentos.

Na edição do primeiro dia de Janeiro de 1959, a coluna de Osmário Lacet no Diário da Borborema, intitulada *Panorama Político*, lembrava aos (e)leitores que o rompimento de *Dr. Argemiro* com a UDN era uma obra de reengenharia política que estava se dando no município, com o Partido Trabalhista Brasileiro vivendo dias de intensas adequações aos seus novos tempos na cidade. Afinal, o *Dr. Argemiro* carregava consigo uma corte

particular que pouco ou nada se deixava influenciar por siglas e era composta por lideranças rurais cujo domínio sobre áreas do município datavam, por vezes, de décadas. Transitavam estes por diversos caminhos, inscrevendo com seus passos as rotas por onde seus eleitores deveriam seguir, a marca referencial sendo antes de tudo o compromisso pessoal, o vínculo afetivo, a linha do sangue. (DB, 01/01/1959: 03)

João Jerônimo, em Lagoa Seca; João Figueiredo, em Fagundes; Maria Dulce Barbosa, em Queimadas e Zacarias Ribeiro, em Massaranduba, sem citar alguns mais miúdos, não se angustiavam por deixarem um partido entendido como tão identificado com seus interesses pessoais e de classe e migrarem para uma agremiação que era, pelo menos no nome, *trabalhista*. Se injunções outras faziam necessária aquela filiação, a identidade do partido entrava na bruma, de onde só saíria controlada, revista, adaptada às circunstâncias precisas do instante. Aqueles que, ligados ao PTB desde há muito, se sentissem *ofendidos* por aquela *intromissão* de alguém acostumado a comandar, precisariam entender que votos eram sempre bem-vindos, e estas aves de arribação que executavam o intrincado malabarismo de pular da *eterna vigilância* para o *trabalhismo* não eram mais nada a não ser isto: votos.

O senador Argemiro, bem frisou Osmário Lacet, era seguido por onde fosse. E devia impor muito respeito, porque o próprio vice-Presidente da República, João Goulart, prestigiou a filiação do senador ao seu novo partido, e fez questão de deixar claro que apoiava o que o seu novo correligionário fizesse nos seus domínios. Falsos pudores eram afastados com um seco gesto de mão: o PTB

precisava fortalecer-se, querendo ocupar mais espaços que o próprio PSD do Presidente da República, e isto não ocorreria de outra forma senão incorporando personalidades que significassem votos e influência.

Era regra geral para todo o país que este crescimento do PTB estivesse acontecendo por intermédio da cooptação de lideranças mais populares, produzidas na própria dinâmica da vida nas localidades. Na Paraíba, no entanto, o partido se deixou seduzir pela mística de um velho líder, herdeiro de décadas de domínio sobre eleitores fiéis, muito embora alguns petebistas, como Hermano de Sá, por exemplo, protestassem violentamente. Perderam tempo: não só a filiação se processou festivamente como o novo correligionário já chegou como chefe. O crescimento do partido montado para os trabalhadores não se faria com a presença destes últimos, conduzidos mas não condutores.

O rompimento de Argemiro de Figueiredo com a UDN não ocorreu gratuitamente, e era apenas um episódio a mais na surda luta que então se travava pelo controle dos partidos no estado. Derrotado em várias eleições e desgastado por tantos anos como chefe absoluto de um mesmo partido, o Dr. Argemiro via-se contestado dentro da UDN por uma liderança emergente, que conseguia galvanizar mais apoio que o velho senador: crescia a estrela do então deputado federal João Agripino.

Quando da eleição em 1958 o quadro se mostraria mais complexo. O estopim para as crises sérias foi a disputa para o Senado, na qual a UDN dispersou-se frente à divisão ocorrida entre João Agripino – que apoiou José Américo – e Argemiro de

Figueiredo – que apoiou Ruy Carneiro. Aquilo que vinha se arrastando desde pelo menos a fundação da UDN na Paraíba arrebitou os limites, espalhou-se pela imprensa, tornou-se a conversa do cotidiano dos *entendidos* em política que fazem o burburinho das ruas, transtornou o panorama partidário paraibano: os estilos das duas maiores *lideranças* udenistas suportavam-se com grande esforço de parte a parte, e ninguém estava mais disposto a se sacrificar em troca de uma paz frágil e insatisfatória.

Durante mais de trinta anos uma mesma forma de arrumar os procedimentos havia sido hegemônica no partido, a sua participação na dinâmica da política local e nacional sendo marcadamente lenta, refletida, longe de arroubos que não os de um ou outro discurso mais veemente. O *Dr. Argemiro*, pensavam os seus adversários, ainda vivia como se fosse possível fazer política utilizando apenas a ponderação e a malícia – tal como havia aprendido com o seu *mestre* Getúlio Vargas, diriam os mais maliciosos. O tempo, para os aliados de João Agripino, pedia mais vigor, mais paixão – sem esquecer o cálculo e a preparação de bastidores, é lógico, mas isto precisava ser contrabalançado, pelo menos para efeito de divulgação frente aos eleitores, saturados de velocidade naqueles anos de desenvolvimento rápido (não se pode esquecer, por emblemático, o próprio lema do presidente da república, que era *50 anos em 5*), com uma capa de independência, arrojo.

A saída para Argemiro de Figueiredo foi o rompimento, oficializado após uma traumática reunião na qual João Agripino negou-se a apoiar um voto de confiança do partido ao seu chefe. Praticamente posto para fora de um partido que ajudara a criar e

que o abrigara durante tantos anos, Argemiro de Figueiredo dobrou com vigor os obstáculos que enfrentou para filiar-se ao PTB. E conseguiu ao menos uma grande vitória: Ruy Carneiro foi vitorioso, derrotando José Américo e frustrando a argumentação de João Agripino.

Vindo desta vitória, Argemiro apostou toda a sua capacidade de diálogo e de convencimento para fazer do jovem banqueiro campinense Newton Rique o candidato petebista à Prefeitura de Campina Grande. Este já havia declinado, desde a eleição de 1958, de uma candidatura que muitos consideravam vitoriosa para deputado federal. Agora, aceitou – após complicadas negociações em torno da problemática do financiamento da campanha – ser candidato a prefeito. A maior justificativa do argemirismo era que ele, Rique, era a única possibilidade para Campina Grande crescer, tendo em vista a sua experiência no trato com a administração de uma série de empreendimentos familiares, bem como a sua juventude e o seu preparo. Vaidoso, Rique convenceu a família e partiu em busca da vitória.

Para o *Dr. Argemiro* era a oportunidade de mostrar a todos, aliados e adversários, que sua influência não estava presa a siglas ou a apoios outros, mas que seu poder emanava dele, de seu carisma, de seus correligionários. Vencer era a ressurreição.

Trabalhosa também foi a articulação da candidatura Severino Cabral. Ele, como já foi dito aqui, já havia sido candidato a prefeito em 1955, quando foi derrotado pelo médico Elpídio de Almeida.

Este último usou na luta pela conquista dos votos uma estratégia plena de sucesso. Ora, sua figura já era pública, tanto porque já

havia sido prefeito anos atrás, quanto pela sua prática de atender a todos no seu consultório médico, sem fazer distinções de qualquer natureza. Contudo, eleger-se pedia gestos que se traduzissem em votos, e ele fez com que a sua campanha se articulasse em função não apenas do que ele ou o seu grupo acreditavam que fossem as demandas da população, mas sim da voz do povo. Assim, a cada aparição do candidato a população era conclamada a escrevê-lo, contando as suas mazelas. A partir destas lamúrias os discursos do *Dr. Elpídio* eram montados, e a presença do candidato nos diversos locais da cidade sempre era articulada de maneira tal que ele manifestava, sem falta, conhecimento das necessidades do local e de seus habitantes - já vindo, também, com a cura no bolso. Nada de improvisos, pois não.

A postura de Severino Cabral foi diversa. Empresário envolvido com a política já há certo tempo, ele constituiu com o passar dos anos uma identidade bastante peculiar, e nesta eleição o jogo entre esta figura que ele exibia e a imagem de Elpídio de Almeida lhe foi francamente desfavorável. Uma diferença básica se apresentava entre os dois: enquanto o Dr. Elpídio cavava sua penetração entre o eleitorado frequentando as casas – independentemente da extração social – e levando a todos a cura, o fim das doenças, e muitas vezes sem cobrar nada, S. Cabral era o patrão rígido e pouco flexível com seus empregados, o homem inculto que *falava errado*, cujos equívocos no uso do idioma eram matéria prima para um largo anedotário na região, e o político que mantinha em casa um bureau de atendimento aos eleitores francamente clientelista.

Sua casa era, todos os dias do ano, um balcão de atendimento aos eleitores. Para tal todos eram devidamente cadastrados num fichário que fazia fama: ele individualizava mas numerava cada um dos pedintes, ou seja, fazia com que cada indivíduo se sentisse ao mesmo tempo alvo daquela atenção particular do eterno comitê cabralista mas concomitantemente se perdesse na indiferenciada seqüência de eleitores cadastrados. A cada um, um atendimento, mas também um número, uma senha. Uma nova identidade, numérica e restrita apenas ao potencial de votos que cada um representava.

Os eleitores precisavam, então, cumprir toda uma ritualística no contato com o candidato. Se, para concretizar uma aproximação com o Dr. Elpídio era bastante a doença, eventualidade provável a qualquer vivente e que a ninguém diminuía, criar um vínculo com Seu Cabral passava por uma afirmação de inferioridade – o eleitor precisava *entender-se* enquanto pedinte, elemento dependente e mais frágil que se curvava frente ao grande senhor que tudo podia e que caro cobrava. Lia-se o homem pela sua utilidade. Isto era habilmente explorado pela candidatura de Elpídio de Almeida, que acabou vencendo a disputa.

Os meandros todos desta campanha não foram digeridos com muita tranquilidade por boa parte da classe política campinense e paraibana. O vencedor havia tido o apoio até certo ponto decisivo de várias lideranças antigas, e os votos trazidos por Argemiro de Figueiredo haviam contado, mas algo de novo surgia. Criava-se assim, para os homens que viviam *da política* a necessidade de se adequar aos novos estilos. O exemplo de Cabral é interessante: durante os anos em que a prefeitura esteve sob a gestão de Elpídio

de Almeida o deputado Cabral procurou manter-se em evidência, reforçando o clientelismo mas produzindo fundamentalmente para si uma imagem de empreendedor, de dinâmico homem de negócios. Ele entendia que algo mudava na lógica da política, e procurava adequar-se, de alguma forma.

Com relação à eleição para a Câmara de Vereadores algo de inusitado também ocorria por aqueles anos, como que fazendo um contraponto para as maquinações das lideranças partidárias, na medida em que as respostas que as decisões de gabinete traçavam nem sempre encontravam eco favorável no seio do eleitorado. O prestígio pessoal dos coronéis, ou seja, das antigas lideranças de base rural, mostrava sinais de declínio, com os eleitores preferindo votar em candidatos mais moços ou mais ligados à vida urbana e aos seus signos.

No ano de 1955, por exemplo, a Câmara de Vereadores viu serem eleitos alguns dos grandes senhores, como de hábito; mas houve um sensível predomínio de edis associados à vida urbana: os advogados Evaldo Cruz e Manoel Figueiredo, o comerciante João de Souza Castro, o odontólogo Benedito Mota, os profissionais liberais Mário Araújo, Noaldo Dantas e Euclides Ribeiro, o líder sindical Oliveiros Oliveira, entre outros. As suplências ficaram com os líderes rurais, que tinham votos nos distritos: Joaquim Primo, em Lagoa Seca; Geraldo Ferreira Dantas, em Fagundes; Antônio José Rodrigues, em Galante; Pedro Cordeiro de Sá, em São José da Mata e Luiz Pereira da Silva em Queimadas.

Não que tudo isto representasse um rompimento radical e incontestado com a mecânica rural da política campinense, e muitos

dos novos vereadores foram eleitos em parte graças a um maior ou menor parentesco com algum grande proprietário – contudo, não deixava de parecer significativo aos olhos de todos que os vencedores, enfim, podiam até ter sido ajudados pela velha guarda, mas não eram, em absoluto, integralmente afinados com ela. Os vereadores eleitos com este voto urbano, inclusive, lançavam mão de signos que os identificavam com a vida da cidade, como que para marcar ainda mais a sua diferença com relação aos políticos mais identificados com o mundo rural.

Estava em curso uma alteração nos padrões de atuação dentro da dança da política. (O que é a política senão uma movimentação meio arranjada, meio improvisada, similar a passos de uma dança ora frenética ora lenta e calada? É nestas evoluções de corpos e desejos que a vida em sociedade põe-se a se arrumar, a se inventar, a se compor.) Não que as relações de convivência política passassem, todas, por clivagens que as tornassem irreconhecíveis - contudo, algo de novo estava se manifestando, e solapava com força crescente certas práticas, certos procedimentos.

Há quem acredite, e não sem motivos, que um fio novo começava, já naqueles anos, a fazer parte da trama das relações político-partidárias. O crescimento populacional da cidade, bem como a diversificação das atividades profissionais então em curso, gerava novas demandas, fazia nascer e crescer nas pessoas outras necessidades, os corpos clamando por formas de atendimento diversas das que então eram conhecidas. Quando os habitantes da cidade se mostravam enquanto *candidatos* e *eleitores*, por exemplo, não bastava mais apenas o clientelismo puro e simplesmente, sendo

necessário um tratamento das imagens dos candidatos para que estes parecessem aos olhos dos eleitores algo mais do que apenas alguém que pede votos em troca de favores, bem como uma nova figura para o povo, que não se aceitava mais como simples passividade alheia e sempre esquecida.

A novidade que mostrou-se mais flagrantemente em 1959, como vimos, apresentou-se sob a forma dos *programas de governo*.

Newton Rique foi quem assumiu o papel de pioneiro nesta circunstância tão festejada: fez divulgar desde o início da campanha eleitoral que coordenava um grupo de estudos sobre a cidade. Este grupo, composto por *estudiosos, municipalistas, jornalistas e assistentes sociais*, tencionava montar um Programa de Governo correspondente *às reais necessidades do município e de seus habitantes*, que seriam descobertas graças à pesquisa deste staff e *às sugestões partidas de todas as classes sociais*. (DB, 23/03/1959: 08)

Ele queria fazer-se diferente:

Assim, o Sr. Newton Rique planeja, através de uma dinâmica diferente das campanhas anteriores, principalmente pela atenção que dará às solicitações coletivas, desde o útil e necessário telefone até a revolução da prosperidade pela implantação de grandes indústrias, alterar os métodos políticos vigentes e caducos, dando-lhes uma mensagem e um sentido. (DB: 24/02/1959: 08)

Após uma certa espera o eleitorado foi brindado com um documento minucioso, no qual o candidato petebista – nunca esquecendo de referir-se ao trabalho técnico que conformara aquele documento – apresentava os resultados de seu trabalho. Encimando este monumento, um título que pretendia marcar a homologia entre as idéias petebistas e o que se produzia no seu interior como o *destino* de Campina Grande: o texto foi chamado de *Revolução da Prosperidade*.

O deputado estadual Severino Cabral, oponente de Rique, procurou se apresentar frente ao eleitorado de maneira a que a iniciativa do PTB perdesse um pouco do seu caráter original. Assim, seu staff produziu com certa presteza um texto em que as propostas de Cabral apareciam envolvidas por algumas análises da cidade, e o divulgou antes que o PTB pudesse por nas mãos dos eleitores a *Revolução da Prosperidade*. Este documento, intitulado discretamente de *Programa de Governo*, tentava capitalizar para a postulação pessedista a receptividade que os intelectuais, empresários e classe média haviam manifestado frente à iniciativa de Rique, a figura de Cabral sendo recortada também a partir de signos que o aproximassem de uma certa forma àquele modelo incorporado por seu oponente. Não que Severino Cabral buscasse explicitar um nível de semelhança com Newton Rique, muito pelo contrário; mas ele procurou mostrar que, se a caracterização valorizada no momento para um candidato era a apresentação de um projeto definido para o futuro de sua gestão, ele era tão capaz de fazer isto como qualquer outro.

O cabralismo ainda envolveu-se na produção de um outro discurso de semelhante estrutura quando o advogado Figueiredo Agra passou a polemizar num nível mais teórico com as idéias do candidato do PTB, suas argumentações sendo enfeixadas sob o título de *Revolução de Polichinelo*. Aparentado com o líder petebista Argemiro de Figueiredo (o fiador da candidatura Rique) e leitor voraz de textos marxistas, Figueiredo Agra deixou passar no seu texto o drama em que vivia, constrangido entre a tradição latifundiária familiar e a crença em modelos stalinistas de transformação social. Em linhas gerais sua argumentação trabalhava com a idéia de que as idéias de Newton Rique eram equivocadas quando apontavam para a necessidade de industrializar Campina Grande.

Ele defendia neste texto polêmico a opinião de que a cidade precisava, ao invés de mudanças qualitativas na sua inserção nos mercados nacional e internacional que provocassem o estabelecimento ou a intensificação da industrialização, de um aprofundamento das atividades econômicas *naturais*, como a agropecuária e a pequena indústria. Para ele a cidade precisava encontrar a partir de dentro o desenvolvimento capitalista, a fim de que amaduressem as condições para uma posterior revolução socialista.

Esta tentativa de opor ao texto petebista um outro duplo (um *outro* duplo, porque afinal quando a Revolução da Prosperidade saiu às ruas como documento impresso já circulava o *Plano de Ação* de Cabral, ainda que este tenha sido preparado como uma resposta adiantada à iniciativa petebista) usou da ironia. O objetivo

de Figueiredo Agra era lançar mão de sua proverbial erudição para provar aos eleitores campinenses que a tematização da cidade proposta por Newton Rique era falha e incoerente; para reforçar esta impressão, fez esta feliz alusão, desde o título, a *Polichinelo*, como quem queria dizer que as verdades do discurso petebista não eram nada mais que apenas bobagens, ditos desprovidos de seriedade ou de inteligência.

É interessante perceber, no entanto, que a maior crítica de Figueiredo Agra não se dirigia à proposta de *revolucionar* a cidade; ao contrário, sua leitura marxista não recomendava outra receita a não ser a da Revolução. A diferença que ele procurava estabelecer no seu texto entre sua proposta – única legítima, para efeito de sua argumentação – e a de Rique é que este último não estaria sabendo propor os caminhos corretos. Campina Grande, assim cria Figueiredo Agra, efetivamente precisava sofrer alterações profundas na sua dinâmica produtiva, nas suas *relações sociais de produção*, mas as vias para que isto se concretizasse eram outras que não ao do simples desenvolvimentismo preconizado no documento de Rique. Distanciavam-se pela forma, então.

Mas a disputa entre estes discursos só nos interessa na medida em que serve de caminho para o entendimento da problemática referente à constituição de uma mirada por sobre a educação, em meio à *Revolução da Prosperidade*. E é sobre ela que nos voltamos enfim, nas páginas a seguir.

Da Educação

A idéia dominante, entre os educadores do nosso tempo, é de que cumpre criar escolas adequadas, capazes de transmitir as experiências, atitudes e habilidades, requeridas em cada estágio do desenvolvimento.

Juscelino Kubitschek

Havia, sem dúvidas, uma expectativa na cidade em torno das *novidades* que deveriam caracterizar a campanha eleitoral daquele ano. No entanto, se tantos fios compunham esse desejo do novo, não é menos verdade que quando esse novo emergiu *causou espécie*, como se diria então. Foi, pois, com uma certa estranheza que os campinenses receberam a notícia da feitura da *Revolução da Prosperidade*. Mais perturbados ficaram quando ela, enfim, chegou às suas mãos, momento em que cada interessado se viu às voltas com um texto articulado e abrangente, que deixava pouco ou nada da cidade de fora de sua mirada panóptica.

A todos aquela história parecia um tanto difícil de entender, como se à frente de cada um se pusesse um quebra-cabeça em que as peças não se encaixavam muito adequadamente. Questões se colocavam a todo instante, e encontrar as respostas parecia depender de toda uma reformulação na percepção que se tinha, habitualmente, da cidade e dos seus múltiplos significados.

De que se travava aquilo? Por que se produzia a necessidade de escrever (sobre) a cidade, daquela forma? Se o objetivo de Rique era apresentar aos seus eleitores algo que para ele era digno de ser alterado na cidade, definindo nesta apresentação as suas propostas, qual era a necessidade de ter tudo por escrito? Por que era necessário cada votante se transformar em leitor, obrigando cada um a ter que ler páginas a fio, precisando para tanto atenção, concentração, imaginação? Tudo não era muito mais fácil quando, do alto dos palanques, os candidatos jorravam idéias e palavras bonitas mas quase sempre incompreensíveis, imagens nunca mais usadas e que alguém pronunciaria depois pelas esquinas, ficando famoso não por saber o que dizia, mas por saber repetir o que ouvira?

Uma questão estava se pondo para os cidadãos: qual a maneira legítima de fazer política? Os campinenses, acostumados com anos e anos de práticas eleitoreiras sem muita variação, defrontavam-se agora com um novo estilo de pedir votos e, supostamente, de administrar a coisa pública. E como recompor nos esquemas explicativos já assentados na cabeça as novidades do tempo? Como caminhar por um chão que aparentava agora ser desconhecido?

Para sufocar este mal-estar, com frequência os olhos e ouvidos da população eram voltados para os locais de onde se supunha pudessem vir explicações, como por exemplo, o lugar dos políticos e o da imprensa. Ora, se daí partiam os signos da incompreensão, talvez fosse prudente percorrer seus caminhos em

busca de explicações. Contudo, só se encontravam até mesmo aí mais conflitos, mais elementos perturbadores.

Com efeito, os ambientes que eram produzidos pela coletividade como sendo os espaços da clareza, da resolução da dúvida, viram-se naquele ano contaminados pela lógica daquele documento, pela sanha de planejar a cidade e de só admitir como única forma legítima de discursividade aquela que se travestisse com os adereços do planejamento. É sempre bom lembrar, inclusive, que, surpreso com a inovação, o oponente de Rique, Severino Cabral, pensou sua reação justamente fazendo-se também autor de um projeto para a cidade.

Mas, independentemente de qualquer coisa, o texto que se assumia como a manifestação escrita da candidatura Rique colocou-se a partir de um certo instante para a leitura e para o posicionamento. Durante algum tempo ele foi apenas sombra, promessa, indício de algo que iria surgir no movimento da campanha. Nada mais poderia ser diferente depois de sua elocução.

Todas estas *démarches* se mostrariam aos olhos dos campinenses até mesmo no que dizia respeito ao título da discursividade petebista.

A expressão *Revolução da Prosperidade* manifestou-se, no cenário da Campina Grande de 1959 procurando ser um enunciado de múltiplas funções, de variados atributos. Estava-se longe da uniformidade quando se abriam os olhos ou os ouvidos para estas poucas palavras. Aquela expressão ligava-se, pois, a sensações, a impressões, a construções de desejos. (Pêcheux, 1990)

Para os próximos à candidatura petebista, este enunciado designava ora o estado geral da cidade na eventualidade da eleição de Newton Rique, ora o título de seu programa de governo, e geralmente era a expressão identificadora da candidatura petebista, que até para criar slogans procurava representar-se como afiançadora do desenvolvimento campinense. Nesta posição o uso era plural, mas referia-se a algo maior e mais importante: sua identificação era com o que se procurava produzir como a lógica do projeto petebista para Campina Grande. Então, para os centros petebistas (houve uma proliferação de comitês pró-Newton, geralmente chefiados por *lideranças* mais jovens), a dispersão deste enunciado por sobre experiências e práticas distintas entre si anulava-se graças à consideração de que tal fragmentação era apenas aparente e dissolvia-se frente a uma determinação anterior e fundante. Para muitas coisas utilizava-se o mesmo título, porque ele era a garantia de que algo de homogêneo os aproximava, num nível para além das simples aparências.

Fora deste universo mais próximo, ou seja, em situações que não se referissem diretamente às *démarches* da campanha campinense, falar em *revolução* ou em *prosperidade* queria dizer muitas coisas, todas relacionadas à atividade, à ação, à desconstrução de um tempo e de edificação de outro.

Havia locais – não importava se no Brasil ou na China, na África, ou em qualquer outra região do mundo naquele instante - em que estava em evidência pensar-se a transformação da sociedade através de iniciativas revolucionárias, graças ao avanço dos *ideais revolucionários marxistas* por muitos países. Significava isto

romper com o mundo, instaurar modelos alternativos de convivência e de existência material e espiritual. (Decca, s.d.)

A palavra *revolução*, inclusive, chegou à política vinda da astronomia, onde refere-se ao caráter de irreversibilidade e de predeterminação da trajetória das estrelas. Assim, pensar os fenômenos da transformação social com o concurso desta expressão ainda parece fazer ecoar, mesmo ao longe, a impressão de que o que aí ocorre faz-se real enquanto manifestação de algo que é irresistível, ou seja, não adianta tentar negar sua presença, é o destino. Os homens podem, apenas, decifrar o seu ritmo e envolver-se a partir disto que conseguem antever. (Arendt, 1988: 38-39)

Sobre a vinculação desta idéia (de *revolução*) à prática da escritura, diz Certeau:

A própria revolução, esta idéia “moderna”, representa o projeto escriturístico no nível de uma sociedade inteira que tem a ambição de se constituir em página em branco com relação ao passado, de se escrever a si mesma (isto é, produzir-se como sistema próprio) e de refazer a história pelo modelo daquilo que fabrica (será o “progresso”). Será apenas necessário que esta ambição multiplique a operação escriturística nos campos econômicos, administrativos ou políticos, para que se realize o projeto. (Certeau, 1994: 226-227)

Mas não se postava frente aos campinenses apenas a temática da *revolução*. Falava-se, também, na *prosperidade*, e associar esta pluralidade de sentidos possíveis do primeiro termo a esta segunda idéia parecia, ao mesmo tempo, uma interpretação direta e inapelável do tipo de revolução que Campina Grande necessitava, bem como neutralizava o apelo verdadeiramente subversivo do termo inicial da expressão. Teríamos a nossa *revolução*, mas ela era delimitada pelo termo que a constrangia: sua manifestação ocorreria convertida apenas numa tentativa mais ousada e arrojada de concretizar o desenvolvimento de Campina Grande. Era uma forma de reforçar ainda mais o caráter *histórico-salvacionista* do discurso da *revolução*: este quer salvar no futuro o que se perdeu no presente, mas sem procurar no passado um exemplo (o Éden). A solução, pensa-se aí, está nas mãos do povo consciente, orientado pelos seus melhores porta-vozes, os intelectuais (ou seja, os indivíduos devidamente preparados para a gerência de toda a sociedade).

Havia, no entanto, uma preocupação nas hostes do PTB quanto a esta aparente fragmentação do enunciado que as reunia. Era necessário, cria-se, deixar bem claro – *evidente* – o que produzia a homogeneidade por baixo e por entre tanta fragmentação, tanta dispersão. Isto passaria pela construção de uma figura para o candidato e pela afirmação de um programa mínimo.

Um momento em que esta lógica de arrumar fragmentos em torno de uma preocupação anterior se fez presente foi quando do lançamento da candidatura propriamente dita, no momento em que se procurou reduzir num enunciado breve as principais propostas de realização do suposto futuro governo Rique. Esta síntese se fez

em dois sentidos: de um lado, procedeu-se à criação de um título para o discurso a ser incorporado por Rique, o que resultou na expressão *Revolução da Prosperidade*; de outro, planejou-se basear a candidatura petebista em torno de um trinômio: *Educação, Industrialização, Alimentação*.

Ora, um sonho perseguido pelas articulações que compunham a candidatura Rique era demonstrar que o seu candidato era o único indivíduo capaz de provocar a catalização de todas as energias que estavam latentes na alma da cidade. O projeto petebista era francamente unilinear, no sentido de que previa *um* futuro para Campina Grande e só via *uma* forma de efetivar este futuro, configurada na eleição de Newton Rique. Tamanha centralização das atenções não se articulava muito bem com uma dispersão no uso e na distribuição da expressão que havia sido cunhada exatamente para dar um sentido único a uma série de experiências, a uma série de *presenças* do candidato entre o povo. Havia que se fazer com que todos associassem - imediatamente, ou seja, sem sequer a mediação da *explicação* - que quando se ouvia falar da *Revolução da Prosperidade*, fosse qual fosse a circunstância, esta expressão remetia a apenas *um* sentido, a apenas *uma* lógica.

Assim, algo *tentava* produzir-se enquanto sentido único para aquele enunciado, enquanto idéia primeira frente à qual toda variedade dissolveria-se. Na lógica das manifestações petebistas era legítimo difundir para um sem número de circunstâncias o uso de seu enunciado definidor (identificador), mas esta legitimidade se fundava no fato de que cada um daqueles usos em nada corrompia o significado último e primeiro que aquelas palavras possuíam.

Criava-se uma mítica: era como se Newton Rique fosse o responsável por uma observação dinâmica e integrada de Campina Grande, e que este seu movimento de *grande homem* se desse exatamente no ato de ver, por sobre a aparente diversidade da vida cotidiana o seu sentido, o seu elemento interno e definidor. Dizia um material de propaganda:

A campanha de Newton Rique, candidato das forças populares à Prefeitura de Campina Grande vem revolucionando a cidade, através de um vigoroso processo de agitação, sob a liderança do Deputado Raymundo Asfora. (DB, 28/04/1959: 03)

O próprio Rique dizia, no seu programa:

Desde o início da jornada democrática que nos empolga, ficou evidenciado, de modo irrecusável, que Campina Grande quer avançar no sentido da mudança que já iniciou.

Essa mudança implica um conjunto de idéias que se faz preciso fixar em suas linhas gerais, a fim de que estejam perfeitamente de acordo o Povo e o candidato. Devem mudar os caducos processos daqueles que avançam para os postos e cargos públicos com o evidente desejo de posse ilegítima. Devem mudar os métodos de governo em que se confundem as exigências da administração com os interesses pessoais ou de grupos. Deve ser afastada, sobretudo, a falsa idéia, que tantos males já causou ao País, de que qualquer chefe político pode ser Governador de Estado ou Prefeito de Município, sem reunir certas condições intelectuais e sem possuir uma

mentalidade progressista, experimentada no tirocínio da vida prática. Deve prevalecer a orientação de que a administração precisa criar condições autênticas para o desenvolvimento econômico, conseqüentemente para a elevação do padrão de vida das populações. (In.: Sylvestre, 1993: 245-246)

O fragmento citado trata exatamente desta tentativa de reunir signos e apresentá-los travestidos de naturalidade, de sorte a que a figura de Newton Rique passasse por ser a mais adequada para ocupar a prefeitura, enquanto um outro, um duplo às avessas, era recortado como sombra e impossibilidade. Quem não fosse Rique seria incapaz, seria mal preparado, seria uma péssima escolha. Ou seja: a imagem que a propaganda petebista ordenava para seu candidato tracejava dois relevos distintos: o nome que fora apresentado pelo PTB era marcado pela positividade de suas boas características. Ele se defrontaria com alguém que, exatamente *por não ser Newton Rique*, não tinha em si nenhuma das características que conformavam a imagem desejada de um bom prefeito. Era, pois, uma cilada sem saída, um enigma sem solução.

Como diria uma matéria publicada no Diário da Borborema:

Assim, o sr. Newton Rique planeja, através de uma dinâmica diferente das campanhas anteriores, principalmente pela atenção que dará às solicitações coletivas, desde o útil e necessário telefone até à revolução da prosperidade pela implementação de grandes indústrias, alterar os métodos políticos vigentes e caducos, dando-lhes uma mensagem e um sentido. (DB, 24/02/1959: 08)

Estas tematizações transpareceriam, reiteradas, em um trecho do discurso pronunciado por Newton Rique quando, depois da apuração dos votos, ficou clara a sua derrota para o deputado Severino Cabral, candidato do Partido Social Democrático:

Não poderei, neste instante, garantir-vos que a administração que se instalará brevemente na Prefeitura, será capaz de assegurar a realização dos objetivos com que vos acenei.

Não, campinenses. O que desejo salientar é que podereis, vós mesmos, construir o vosso progresso e a vossa felicidade. Eu estou certo de que muito vos ajudaria nessa tarefa. Meu programa de administração havia sido planejado em obediência a todos os reclamos de vossa prosperidade. Mesmo, porém, que não encontreis da parte da Prefeitura aqueles fatores positivos para o apoio e estímulo necessários ao desenvolvimento de nossa terra, o que acredito é que podereis, por vós mesmos, pela força dos vossos sonhos, pelo valor do vosso trabalho e da vossa inteligência, suprir a maior parte das deficiências que por certo havereis de encontrar. Imitai os nossos antepassados. Eles fizeram quase sozinhos essa cidade magnífica, eles souberam plantar no cimo da Borborema essa civilização que nos orgulha e que os de nossa geração talvez não tenhamos tido a mesma generosa força para engrandecer e aprimorar.

Que os operários campinenses caminhem no roteiro de suas legítimas aspirações; que os industriais e comerciantes saibam prosseguir em sua faina laboriosa, sem esquecer que o povo

precisa elevar o seu nível de vida e ter atendidas as suas mais elementares aspirações de bem-estar; que os estudantes se debrucem sobre os seus livros, porque eles serão, mais tarde, as elites dirigentes de que nossa cidade vai necessitar imperiosamente; que os profissionais liberais se dediquem com amor e entusiasmo às suas lides, sem jamais perder aquele sentido primário e universal da dignidade do ser humano que precisa constituir-se no centro de todas as preocupações. Que todos os campinenses olhem confiantes para o futuro e pela sua força, sua inteligência, sua coesão, sua intransigente defesa da coletividade, não permitam que maus políticos venham a transformar o governo do Município num simples instrumento de ambições políticas e pessoais. (In.: Sylvestre, 1988:275)

Lançado, pois, *candidato e autor*, Newton Rique inseriu-se num jogo de articulações eleitorais que se caracterizaria, como dizem os historiadores, pelo ineditismo, pela ruptura.

Newton Rique, com o conjunto de gestos que constituíram a epopéia da *Revolução da Prosperidade*, ousou romper com maneiras já habituais e por demais conhecidas de fazer política, trazendo para o cenário da disputa a idéia de divulgar um documento escrito sobre a cidade. Este documento seria ao mesmo tempo o seu material de divulgação mais importante e o seu Programa de Governo – na realidade, a sua verdadeira *carta de apresentação* de candidato, que o definiria, cria-se, de maneira *inequívoca*. (Nascimento, 1990: 123)

Para a lógica da atitude petebista, então, havia na sociedade pelo menos dois tipos de indivíduos: os que estavam, por uma série de circunstâncias, preparados para o exercício pleno da cidadania, e os que existiam para ocupar o lugar de liderados. A distinção era dada exatamente pelo *saber* que caracterizaria os líderes pela sua presença e produziria os seguidores como as personalidades vazias de sentido e carentes de orientação. Desnecessário dizer que Rique transitava com ligeireza e elegância *naturais* por entre os signos que compunham a imagem do competente guia do povo. (Garcia, s.d.: 33-43)

Estranho jogo, o da política moderna: os modos de ser produzidos para os *líderes* são com frequência confortáveis e sedutores, restando para os *liderados* apenas o papel de dóceis cumpridores das regras. É como se alguns possuíssem em si – ou conquistassem isto de alguma forma – o direito à liberdade de percorrer os territórios que fossem desejados, enquanto que os demais restringiriam-se sempre à prática repetitiva da obediência.

Era se referindo a essa percepção específica do fazer da política que Rique procurava aparecer como o primeiro político campinense a romper a lógica das campanhas baseadas apenas em discursos e distribuição de favores, práticas fragmentárias e dispersas, inovando com a idéia de um Plano de Governo estudado, pesquisado e entregue por escrito aos eleitores. É verdade que o Plano de Governo da candidatura Cabral, que se lhe opunha, chegou primeiro às mãos dos eleitores, mas desde há muito que todos estavam avisados que a iniciativa primeira, *fundadora*, havia sido a do PTB. Graças a isto, inclusive, a antecipação do cabralismo souu

mais como inveja e descompromisso para com uma investigação mais rigorosa do que propriamente como arrojo do pessedista. (Orlandi, 1993)

Para a lógica desta iniciativa – planejar o futuro e difundir os sonhos escrevendo-os – a escrita era a definição de um outro espaço entre os homens, era uma maneira nova (e mais adequada aos melhores sonhos de desenvolvimento) de fundar uma presença frente à coletividade. Era como se a grafia dos signos no papel *representasse* o caráter diferencial daquela candidatura.

Eram dispostas no papel as rotas por onde se deveriam tracejar as normas de conduta e existência da população. E aquele que escrevia assumia o papel de guia do povo, tendo em vista a sua produção enquanto possuidor da melhor compreensão dos problemas da coletividade. O político fazia de sua suposta melhor visão a legitimação de sua presença frente ao eleitorado. As formas de saber produzidas no cotidiano da população eram, pois, desconsideradas, vez que não teriam aquele ar de erudição e de rigor científico de que dispunha o discurso da política. (Garcia, s.d.)

Neste movimento, enfim, tomou-se a cidade – e os seus cidadãos – como o local da produção dos sujeitos. Era isto o que se escrevia, era esta a verdade que se fazia converter em letras e palavras naquele documento. Campina Grande – enquanto *cidade* – deixava, então, de ser entendida apenas como uma região recortada das dimensões do espaço e do tempo para se constituir no lugar em que, de forma parcelar e controlável, o sujeito se produz enquanto tal e de acordo com as conveniências da lógica da subjetividade capitalística, libertando-se do que lhe é estranho e exterior.

Aprender a ler e a escrever se transfigura aí em aprender a ser, o que resultaria na preocupação absolutamente moderna em escolarizar, em procurar formas sistemáticas de *transmissão* de conhecimentos:

Coloca-se uma superfície autônoma sob o olhar do sujeito que assim dá a si mesmo o campo de um fazer próprio. (...) Diante de sua página em branco cada criança já se acha posta na posição do industrial ou do urbanista, ou do filósofo cartesiano – aquela de ter que gerir o espaço, próprio e distinto, onde executar um querer próprio. (Certeau, 1994: 225)

A página – ou, no caso específico aqui trabalhado, a escritura em que Campina Grande foi convertida – era entendida pela *Revolução da Prosperidade* como o lugar histórico de uma passagem entre um mundo de signos soltos e desconexos para uma situação em que o real é produto de ações pré-determinadas e efetivamente postas no mundo pela dinâmica da história. A figura de quem escreve, ou seja, o lugar de sujeito que lhe é produzido, é a de uma máxima atividade e de uma densa produtividade, o que o afasta terminantemente de signos de descanso ou de volta às origens. Quer-se o novo, produz-se algo como o novo, e para tanto prédios e pessoas, costumes e práticas de vida, tudo deverá ser redirecionado, tendo-se como horizonte um projeto definido de cidade e de cidadão.

A cidade, tomada como fusão de fragmentos que precisava encontrar-se com sua essência no movimento de sua história

verdadeira, foi então retalhada por este discurso, foi produzida como se fosse um orgânico amontoado de experiências parcelares, a sua máxima aproximação e planificação sendo os caminhos para este desejado progresso, o desenvolvimento.

O objetivo que dava unidade a todas estas elucubrações, como se vê, era o de tornar a cidade de Campina Grande *moderna*, ou seja, transformá-la num *espaço circunscrito onde se realizam a vontade de coligir-estocar uma população exterior e a de conformar o campo a modelos urbanos*. (Certeau, 1994: 226)

Como Rique diria no seu programa, aquele era o tempo de levar o progresso, com a industrialização, a todas as camadas da sociedade:

Somente com a instalação de novas indústrias em Campina Grande, poder-se-á resolver o angustioso problema do desemprego, que é uma das notas mais alarmantes do nosso quadro social. O pauperismo que domina alta percentagem dos habitantes dos bairros da nossa cidade, só será eliminado ou atenuado com a oferta de algumas milhares de novas colocações nas atividades remuneradoras da indústria. Não se soluciona a situação de miséria, existente em centenas de humildes lares campinenses, por meio de esmolas ou de precários serviços de assistência. O povo não quer esmolas. O que ele reclama, é trabalho, é colocação para exercer a sua capacidade de prover à sua subsistência e conseguir melhor padrão de vida para sua família. Como já disse na nossa campanha: “Vamos fazer a política dos pobres, não dando

esmolas aos pobres, mas fazendo com que os pobres possam viver sem esmolas.” Numa cidade que atinge os 100.000 habitantes, não há outra maneira de assegurar emprego para os trabalhadores senão em indústrias prósperas, as quais determinam, por outro lado, maiores oportunidades, igualmente, no comércio e nos serviços. A hora do pobre, a verdadeira hora do pobre, chegará com a industrialização de nossa cidade. (In.: Sylvestre, 1993: 249)

A candidatura petebista articulou-se, então, em torno do trinômio que citamos acima, uma expressão miticamente composta de três termos (*Educação, Industrialização, Alimentação*) que era o elemento definidor, a delimitação num vasto espaço de possíveis reordenações de Campina Grande de uma inscrição precisa que daria sentido a toda a aparente dispersão que caracterizava a atividade política.

Era como um contraponto à expressão que nomeava o discurso de Rique; se, de um lado, fazia-se um apelo dramático e apoteótico a uma *revolução* que trouxesse para Campina Grande os ares tão desejados da *prosperidade*, por outro a população como um todo era informada que este paraíso prometido não emanaria do nada, mas se concretizaria a partir da ação planejada e decidida do governo Rique em áreas de importância singular para a cidade, como fazia questão de ressaltar a propaganda:

Ao contrário do seu opositor, que recebeu do Deputado Drault Ernany um inconsistente programa administrativo

especialmente elaborado na capital da República por técnicos cariocas, o sr. Newton Rique, em colaboração com estudiosos, municipalistas, jornalistas, assistentes sociais da cidade, além de sugestões partidas de todas as classes sociais campinenses, apresentará, brevemente, a sua PLATAFORMA DE GOVERNO, plasmada de acordo com as realidades do município e dentro do trinômio da “Revolução da Prosperidade”: educação, industrialização e alimentação. (DB, 23/03/1959: 08)

Frente a todas as *démarches*, a todas as intervenções do candidato e de seu staff na cidade e nos movimentos da campanha, era este conjunto de três ações básicas – ou, para ser mais exato, de três campos preferenciais de ação – que reunia tudo num só nicho, numa coesão que a tudo venceria.

Ele apelava assim a três dimensões da vida social que julgava essenciais para, na sua aparente pluralidade, conformar a unidade. Um movimento analítico tortuoso era proposto aos eleitores campinenses, dando conta de que a realidade presente estava clamando por alterações substantivas que a tornassem mais racional, mais produtiva, mais envolvida com os sonhos de desenvolvimento que então ressoavam com insuspeitada credibilidade no Brasil. Estas alterações só seriam factíveis, defendia Rique, mediante a aplicação de esforços intensos em áreas estratégicas da vida de Campina Grande, mas todas estas transformações obedecendo a um princípio integrador, consagrado neste trinômio.

Deve-se perceber que na apresentação deste elemento unificador o staff de Newton Rique fez uso de uma estratégia cujo objetivo era chamar a atenção tanto pelo apelo a alterações naquilo que parecia aos olhos dos brasileiros dos anos de JK como signos da modernidade, ou seja, a educação e a industrialização, como também não se esqueceu de se envolver a alimentação. Já assustava, como vimos, o fantasma da tensão agrária, e os homens do planejamento percebiam que apenas intervenções articuladas teriam alguma chance de sucesso. De pouco adiantaria intervir unicamente em um ou outro setor, deixando de lado problemas cujo agravamento poderia comprometer o desempenho do que se tinha como prioritário.

Fica claro, então, que neste rol de intervenções do discurso petebista havia um outro binômio, explicitado até mesmo na forma de apresentação do texto. Entendia-se, para efeito da economia interna desta argumentação, que a ação desta nova maneira de administrar encarnada em Newton Rique deveria cindir a cidade em duas esferas interdependentes (ou seja, dois espaços de intervenção), para facilitar a dinamização do desenvolvimento. Neste sentido divulgava-se que havia a *necessidade* de alterações *materiais* e de alterações *subjetivas* na cidade. Isto quer dizer que, ao lado de uma série de medidas previstas, em última instância, para ampliar o parque fabril de Campina Grande, propunha-se neste discurso que *a maneira de ser dos campinenses* fosse alterada, fosse redefinida tendo como referência os novos tempos que adviriam com o desenvolvimento.

E, neste intervalo que se produzia na discursividade petebista, ressoavam elementos que estavam sendo então jogados para a atenção dos *grandes debates nacionais* a partir do mundo da educação. Ora, na medida em que toda a mirada da *Revolução da Prosperidade* acaba por encontrar um padrão, uma regularidade, na afirmação de que só através de práticas educativas sistematicamente articuladas é que será possível estabelecer de forma definitiva e consistente estes planos todos de desenvolvimento, outro caminho seria difícil de entender.

Nasceria desta desejada transformação um *novo* campinense, que iria brotar do cruzamento fecundo entre a população dispersa pela cidade e suas melhores potencialidades. De nada adiantaria, pensava-se, dar atenção a um projeto de modernização que só atingisse os aspectos puramente associados ao maquinário; antes, era necessário complementar isto – e mesmo garantir a efetiva funcionalidade desta mudança como um todo – a partir do desenho de uma figura diversa para o cidadão.

Falando num Simpósio sobre Problemas Educacionais promovido em 1959 pelo Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo, Luiz Pereira já havia alertado para o caráter de produção do cidadão (ou seja, do habitante da cidade) que reveste a educação escolar, ao afirmar que

(...) parte do patrimônio cultural das camadas sócio-econômicas citadinas não inferiores evidencia a ligação estreita desse conteúdo cultural com um estilo urbano de vida, possuído principalmente por tais camadas. A transmissão

desse conteúdo implica, portanto, a comunicação de um estilo de vida social, cultural e econômico. Assim sendo, o subgrupo de ensino primário atua, nas comunidades locais rurais e semi-rurais, como agência de desintegração de um estilo não-urbano de vida e, ao mesmo tempo, como agência de urbanização. Também as camadas inferiores das comunidades citadinas vivem segundo um estilo não inteiramente urbano. Os contingentes migratórios rurais vêm a fazer parte delas, permanecendo como portadores de muitos complexos da cultura rústica, continuando a viver o rural na cidade. Com relação a essas camadas, o subgrupo de ensino primário representa a mesma função urbanizadora. (In.: Cunha, 1989b: 200-201)

Parecia, pois, que a cidade de Campina Grande iria sintonizar-se com uma alteração nas subjetividades e nas sociabilidades que já atingia, segundo alguns discursos, toda a sociedade brasileira. Esta alteração era valorada, a partir de diferentes locais, de uma maneira profundamente positiva, e algumas experiências da vida social passavam a ser significadas como o lócus preferencial de sua operacionalização. Aliás, assim falou o presidente Juscelino Kubitschek, na sua Mensagem sobre a educação apresentada ao Congresso Nacional em 1956:

O vigoroso e crescente desenvolvimento da estrutura econômica do País vem criando novas condições de vida social. Conseqüentemente, impõe-se a adoção de novos

processos educativos e a atualização dos em vigor, a fim de que encaminhem as novas gerações ao estágio de comportamento sócio-cultural, requerido por esse progressivo e acelerado desenvolvimento. (A Educação ..., 1987:253)

Perceba-se como o Presidente da República construía um lugar preciso para a educação no (seu) mundo. Para ele as práticas educativas não deviam abstrair-se de um papel que o desenvolvimento nacional lhe outorgava: a preparação dos cidadãos, tanto para que estes exercessem o ofício de trabalhadores como o de atores do drama do desenvolvimento nacional no seu sentido mais amplo e cotidiano. Era uma nova maneira de *ser brasileiro* que se procurava, em todos os instantes em que se pudesse pedir tal coisa.

O que não se admitia, nestes movimentos discursivos era a liberação, para as camadas populares, para que estas pudessem pensar a partir de seus próprios territórios de desejos e imagens um modelo educacional. Já por aquele tempo se percebia uma *maior autonomia do movimento sindical diante dos mecanismos populistas* e um quadro sensível de *participação progressiva das massas urbanas na vida política*, o que poderia levar a desejos de autonomia. (Cunha, 1989a)

O mecanismo encontrado na discursividade petebista para a objetivação (ou seja, a transferência para o mundo da *realidade* destes *sonhos*) de seus projetos mais desejados era a educação do povo. Os quadros da educação pública municipal precisavam, cria

Rique, ser redefinidos. Ou, antes, a educação que era *fornecida* às camadas menos favorecidas da população campinense precisava receber de seu líder um novo desenho.

Ora, como já naquele instante o panorama da produção se alterava a olhos vistos, era preferível para os interessados no pleno exercício da temática do *desenvolvimento* que a educação partisse das instâncias *seguras* do Estado, e não vice-versa. Já que se vivia uma certa crise da pequena indústria e do artesanato (tendo em vista o crescimento desmesurado da grande indústria), era *necessário* que a mão de obra se visse integrada o quanto antes em escolas ou em estratégias outras de aprendizagem que a capacitasse para o bom exercício destas novas tarefas que o capitalismo exigia.

No entanto, para que esta essência da educação da cidade se manifestasse, que de outra coisa não se falava, era necessário que antes de tudo houvesse uma definição clara da realidade presente. Assim, um primeiro procedimento da analítica de Rique constituía-se em pensar o panorama educacional campinense, numa mirada que *lia o real* valorando.

Esta valoração se mostrava de uma maneira explícita. Desde o início o texto se preocupa em ler a cidade em termos estatísticos, buscando quantificar o panorama educacional. O apelo à quantificação se justificava pela crença na relação direta entre o que se vê e o que se diz sobre o visto, crença esta que entende o conhecimento como representação da realidade e que se via fortemente associada à tematização petebista.

Havia neste exame uma análise que procurava determinar quantas eram as escolas existentes na zona urbana e na zona rural,

bem como quem as mantinha. Após isto eram apresentados números referentes à relação entre a quantidade de crianças *escolarizáveis* e a capacidade de absorção destes números pela rede escolar existente. Estes dados apontavam para um grande número de crianças *em idade escolar* fora da escola, ausentes portanto do que se tomava por ser o *ensino fundamental*, ou seja, o *ensino primário*. Era ressaltado, também, o fato de que nem todos os estudantes concluíam esta fase da escolarização, bem como que a *freqüência dos alunos às suas escolas era irregular e deficiente*. (Sylvestre, 1993)

Para a *Revolução da Prosperidade*, então, o quadro era *sombrio, desalentador, grave, alarmante*. A gestão de Elpídio de Almeida, que ora se encerrava, teria tentado dar respostas a tudo isto, mas não obtivera muitos sucessos. Em termos de analfabetismo, por exemplo, a cidade contaria com uma taxa de 62% nos maiores de dez anos, contra os 51% da taxa nacional, de acordo com dados do Censo de 1950.

Derivava daí, em certa medida, a crença em que o grande problema da nação, o grande entrave para o desenvolvimento, era o analfabetismo, ou seja, a incompreensão dos signos da leitura e da escrita. Que, como vimos, eram elementos definidores da experiência moderna da cidade.

A solução para esta chaga, cria-se, era enfrentá-la com a arma que *representava* o seu exato oposto: a aplicação de um programa administrativo planejado sistematicamente que se voltaria para a ampliação racional do número de educandos.

Mas a solução para este descalabro educacional que se fazia visível aos olhos dos eruditos planejadores do staff de Rique não era constituída desvinculada dos projetos mais globais expressos na *Revolução da Prosperidade*. Quando olhando a educação, o que era visível para estes olhares do PTB era a escola. Ela era a mirada possível, era o que se conseguia perceber. E, por conseguinte, era o elemento valorativo. O instrumento para a análise (e, conseqüentemente, para a preparação das soluções planejadas para o futuro da cidade) era a crença no direito e no dever da escolarização de todos.

O cidadão era, assim, produzido como o escolar, como a criança que deveria ser levada a um espaço instituído socialmente para ser o local da transmissão dos saberes acumulados pela tradição e pelas gerações passadas. Isto é de importância fundamental para aquele discurso: ele toma a infância como um dado natural cuja característica marcante é exatamente a dependência do vínculo com a experiência escolar. Nesta medida, a criança se define por sua dependência para com centros geradores de sentido, centros estes que lhes darão as condições efetivas de uma vida plena e cidadã. Desnecessário dizer o quanto há de anti-histórico nesta crença: o que se percebe como a infância num dado momento é, aí, absolutizado, e substantivado como sendo *A Infância*, território ao qual estão presos os menores de uma certa idade e todos aqueles que, independentemente de sua faixa etária, ainda estão na escuridão (ou seja, não tiveram contatos efetivos e funcionais com as luzes do entendimento).

Esta visão, que de uma certa maneira é fundamentalmente anti-histórica, ressoava com tranquilidade pelas elocuições tantas da *Revolução da Prosperidade*. A educação passava aí por ser, em última instância, um fator de homogeneização, de produção de uma consciência da humanidade. Ela existiria provando que todos, independentemente da inserção espaço-temporal, somos apenas a manifestação de uma mesma essência transcendental que se atualiza em cada presente de forma ímpar mas é a mesma no seu interior mais íntimo.

A especificidade da subjetividade proposta pela discursividade da *Revolução da Prosperidade* articulava-se na montagem de uma configuração tal que o objetivo desejado era produzido como a busca de integração de tudo e de todos em um mundo cujo norte seria o da produção e do consumo de mercadorias. Entende-se, assim, porque entre tantas tematizações presentes na *Revolução da Prosperidade*, postava-se com destaque a preocupação em produzir novos campinenses para esta nova Campina Grande que se sonhava construir.

Esta produção dos novos campinenses – ou, pelo menos, a redefinição dos caminhos daqueles que já naquele momento habitavam a cidade – planejava-se, no melhor estilo das iniciativas *modernas* de transformação social, nos termos da preparação de uma *outra* educação para o povo, que deveria vincular-se definitivamente, a partir do desenvolvimento de homens (indivíduos), aos desejos de progresso e de modernização.

Este povo era, enfim, a grande angústia dos *intelectuais*. Para esta camada de *pensadores*, que entendia o seu ofício como o da

crítica da sociedade e o da indicação de caminhos, a realidade precisava ser transformada a partir de suas crenças, e um passo fundamental aí residia na mudança da substância deste elemento perturbador, o *povo*.

No **Congresso de Educadores**, ao fim e ao cabo de tantas discussões, isto se havia ressaltado na medida em que grande parte das teses apresentadas dava voltas sem conta ao redor do grande problema em que se havia tornado a baixa escolaridade dos brasileiros, mas caíam todas na vala comum da crença na importância de educação formal (ou, pelo menos, da aquisição de saberes formalizados, tal como são difundidos pela escola).

Neste burburinho, vozes defendiam a educação como um preventivo contra procedimentos subversivos; outros, queriam melhorar a vida dos homens do campo para evitar o êxodo; alguns procuravam afirmar que a democratização do país só se tornaria efetiva com a distribuição generalizada da capacidade de ler e escrever. Muitos tomavam a educação como a garantia de que com ela só formariam as camadas dirigentes do país sem que jamais fosse necessário o apelo a transformações ruidosas ou bruscas das instituições. Para todos vigorava um certo messianismo, ares de voluntarismo, delírios utópicos:

Esta mistura de “entusiasmo” e “realismo” em educação manifestava-se em muitos setores. Começavam a surgir também novas idéias relativas à educação dos adultos como instrumento de transformação social e construção da

sociedade futura, sob a influência do nacionalismo. (Paiva, 1986:209)

Quando da escrita da *Revolução da Prosperidade*, então, seria colocado como ponto básico a busca de uma figura para a educação que não se deixasse contaminar por uma mirada demasiado otimista com relação a seus desdobramentos, mas que se voltasse preferencialmente para a observação das demandas sociais do país. Estas demandas, constituídas igualmente no mesmo movimento analítico em que se projetavam as soluções – e que atendiam pelo nome de *realismo* – indicavam que o necessário era *resgatar a cidadania* dos brasileiros através de sua alfabetização, porta de entrada mais digna para o mercado de trabalho. (Paiva, 1986: 211)

Fazia-se, então, um estranho eco a determinadas palavras do Presidente da República, que não cansava de referir-se à associação entre educação e desenvolvimento:

Nenhum verdadeiro desenvolvimento se pode operar, em qualquer nação, sem o apoio de vigoroso sistema escolar que forme o homem comum, que o prepare para a civilização dos nossos dias, e, ao mesmo tempo, permita selecionar os homens incomuns que, devidamente estimulados, irão conduzir em todos os setores, as atividades de lideranças, de criação e de inventividade no nível profissional e na pesquisa.

O sistema escolar brasileiro não vinha oferecendo ao País as condições necessárias para essa dupla formação, quer nas

escolas fundamentais, quer nas universidades e escolas superiores. (A Educação ..., s.d.: 291)

Entendia-se que o espaço instituído da educação – de uma certa maneira confundido com a escolarização, o que é uma indicação interessante dos limites daquele pensar – era o lócus desta transformação subjetiva, ou seja, desta re-criação dos campinenses, ainda mais porque a cidade era, naquele instante, um *pólo geo-educacional*, com várias escolas de nível médio, três escolas técnicas de comércio, faculdades de Filosofia e Ciências econômicas, uma Escola de Engenharia, dois Seminários Católicos e quase quatrocentas escolas primárias públicas. (Nascimento, 1990)

É interessante observar que a maneira – em termos gerais – como a candidatura Newton Rique se envolveu em discussões sobre o papel da educação na sociedade moderna a tomava como uma condição necessária para que os indivíduos alcançassem a maturidade, a idade adulta. Abandonaria-se, com a educação (geralmente, com a sua versão instrumental, ou seja, a escolarização), a infância, a fase de ausência de responsabilidade.

Educados, os homens se tornariam sujeitos, cidadãos; assim, a educação procuraria estabelecer os pólos e as maneiras de possibilidade para os relacionamentos que iriam compor a nova sociedade que se procurava, a partir da *Revolução da Prosperidade*, fazer brotar das ruínas da velha cidade, levando cada um a relacionar-se com um outro que o dirigiria: os educandos teriam o seu professor, assim como os campinenses teriam o seu preparado prefeito.

Isto não era dito de forma sutil ou disfarçada: a campanha de Rique, como vimos, teve um de seus momentos fortes na construção de uma bipolarização incontornável entre ele e seu opositor. Para os petebistas o maior mérito de seu candidato estava no fato de que ele era preparado pela sua vasta experiência (escolar e administrativa, tendo se formado em uma escola de renome, a Faculdade de Direito do Recife, e sendo responsável pelos destinos de boa parte dos dinâmicos negócios de sua família), que contrastava com a incúria proverbial de Cabral, semi-analfabeto e empresário rural.

A sociedade, nestes movimentos, pedagogizava-se, na medida em que o Estado, legitimado pelos discursos modernos da Economia Política, e precisando administrar populações e produções em crescimento e diferenciando-se rapidamente, procurava tornar-se sujeito de uma intervenção qualitativamente diferente de tudo quanto já havia sido tentado até então.

Agora tornava-se mister do Estado a reordenação dos saberes e do ser dos homens, de sorte a que as produções culturais devessem perder a sua heterogeneidade em nome de princípios teleológicos – geralmente fundados no discurso da nacionalidade – que os disciplinarizariam e os remeteriam unicamente a referentes representados pela vontade expressa pelo Estado. Buscava-se, enfim, construir um novo sujeito, um novo homem. (Varela & Alvarez-Uria, 1992)

Por este ângulo vê-se, no entanto, quanto o chamamento moderno à educação é ambíguo e desequilibrado, bem como produz com firmeza o individualismo: ora se chama o educando a participar

porque estudando ele será sábio (*Neste caso a promessa valoriza imaginariamente a própria autoridade que sustenta o dever proposto.*), ora apela-se para a imagem do estudioso como o que não precisa mais trabalhar (*o valor do dever é subordinado e portanto corroído pelo valor de gozo prometido no fim.*) *Inevitavelmente, neste caso, a socialização proposta não se dará ao redor do dever, mas ao redor da promessa que o contradiz e a qual ele é subordinado.*(Calligaris, 1994: 27)

Ou seja: cada um cresce a partir de si, mas apenas se souber aproveitar as oportunidades. E elas não devem ser desperdiçadas, porque isto seria um mal para o indivíduo e para a nação. Outras mediações são convenientemente esquecidas - ou melhor, para elas se produz um lugar de silêncio e não de enunciação.

Esta montagem da discursividade – na verdade uma subordinação do discurso pedagógico às injunções circunstâncias do capital, notadamente no caso específico da *Revolução da Prosperidade* – produzia a escolaridade como uma necessidade das sociedades, na medida em que ela era entendida como a instância privilegiada da formação e regulação da mão de obra e das novas sociabilidades que o desenvolvimento capitalista ensejava.

Para muitos campinenses, então, a estrutura educacional que lhe servia deveria ligar-se da forma a mais produtiva possível ao processo de desenvolvimento:

As profundas e rápidas mudanças conjunturais, em marcha na década de cinquenta, exigiam da educação respostas à necessidade da formação de mão-de-obra especializada, uma

vez que existia a nível de Nordeste um contingente volumoso, mas quase sempre desqualificado. (Nascimento, 1990:21)

Tal associação de idéias se justificava, ainda, graças ao medo da desorganização social, muito presente naquele momento de redefinição das formas de participação sócio-política de cada vez mais segmentos da população, que se urbanizava forçosamente:

Essas modificações na estrutura da sociedade campinense aparecem aos olhos das facções dominantes como mais um problema. A necessidade de contar as “ondas migratórias” aparece como desafio para a manutenção de suas bases de sustentação no campo circundante, cujo processo de desintegração estava em curso. Reforçava-se, portanto, a necessidade de novos mediadores para cooptar e garantir o controle das levas de migrantes que chegavam à cidade. (Nascimento, 1990: 120)

Controlar significava distanciar as massas do fantasma que assombrava as noites e os dias dos proprietários, ainda mais porque crescia a olhos vistos o número de novos habitantes na cidade: o *comunismo*. (DB, 19/05/1959: 02)

Uma sociedade débil não oferecia a resistência necessária à intromissão de idéias estranha. Assim pensavam os reformadores: uma sociedade civil organizada, fundada nos princípios do liberalismo político e econômico, seria impermeável aos apelos irracionais. A instrução pública era a

via adequada para instruir sem traumas a sociedade racional e o Estado positivo. (Monarcha, 1989: 39)

Este medo não construía-se no vazio, para desespero dos mais conservadores. Aqueles já eram dias, tanto no campo como na cidade, de vozes levantando-se, nada veladas, para expor ao conjunto da sociedade brasileira questões e impasses que exigiam soluções. Este elemento disruptor apresentou-se com maior destaque a partir de 1952, *com a maior autonomia do movimento sindical diante dos mecanismos populistas e a participação progressiva das massas urbanas na vida política.* (Cunha, 1989a: 35)

Não de todo distante destas idéias haviam sido as apresentadas em **Garanhuns** por um intelectual de renome no período, o professor Pedro Paulo Penido, cujas formulações em muito ressoariam nas formulações assumidas em Campina Grande pela candidatura petebista.

Ao seu ver só havia um caminho para a sobrevivência econômica do Brasil, que era o do desenvolvimento. Naqueles anos, marcados pela recente redefinição das áreas de poder e riquezas do globo graças ao fim da Segunda Guerra, surgia uma nova era, a qual seria erigida à sombra do progresso das ciências e de inovações profundas nos métodos e técnicas da produção. Assim, ele argumentava, se fosse possível apresentar uma das causas profundas do desenvolvimento, fatalmente algumas delas seriam a deficiência sensível da capacidade tecnológica da mão de obra; a ínfima percentagem de alfabetização da população nacional e a inexistência,

na estrutura do ensino federal, de um adequado sistema de formação técnico-profissional.

Tendo-se em vista, dizia Penido, que a produtividade é uma função da qualificação e da especialização da mão de obra, há que se investir em educação, já que esta não vem conseguindo produzir esta mão de obra desejada. (Anais, s.d.: 28-29)

Uma Comissão, no Seminário de Garanhuns, chegou a se voltar para a Promoção do Espírito Empresarial e Preparo da Mão de Obra. Suas conclusões apontaram para um modelo específico de educação para o trabalho. Esta escolarização voltada para a profissionalização, no entanto, deveria ocorrer em circunstâncias especiais. O Estado e as empresas deveriam associar-se a fim de que houvesse condições de formar, ao mesmo tempo, bons trabalhadores e uma elite empresarial que pudesse direcionar futuramente o desenvolvimento capitalista.

Afinal, pensava-se, qualquer elemento que entra no processo produtivo tem o seu rendimento aumentado se passa por um beneficiamento. Por esta lógica atendia-se com isto a uma tendência moderna, pela qual a formação dirigida, em período longo, no trabalho, com auxílio dos meios escolares onde e quando for útil seria o mais adequado. (Anais, s.d.: 359)

A imprensa, em Campina Grande, encarregava-se de espalhar da forma mais eficiente que fosse possível esta idéia de que a educação, enfim, era uma necessidade, principalmente quando articulada com desejos mais globais de alteração da cidade como um todo:

O que desejamos, neste momento, ressaltar é a importância de um plano de expansão da rede escolar que deve ser preocupação singular dos próximos administradores de Campina Grande.

(...)

Fala-se muito aqui em investimentos e em empreendimentos de natureza econômica. Mas geralmente se ignora que a educação primária da população é hoje considerada, em todos os países civilizados, como um investimento importante e necessário do ponto de vista econômico.

(...)

Quanto mais progride a tecnologia industrial, mais se tem a necessidade do operário alfabetizado. Aplicar dinheiro em educação é preparar o desenvolvimento econômico. E, quanto mais não fosse, bastaria que se considerasse o princípio inscrito em nossa Constituição: “o ensino primário é obrigatório”, cabendo ao Poder Público a obrigação de proporcionar escola para a população. (DB, 22/02/1959:08)

Era isto uma contrapartida, um duplo do mesmo movimento, algo inseparável do *desenvolvimento* da cidade, como defendem Guattari e Rolnik:

O que caracteriza os modos de produção capitalísticos é que eles não funcionam unicamente no registro dos valores de troca, valores que são da ordem do capital, das semióticas monetárias ou dos modos de financiamento. Eles funcionam

também através de um modo de controle da subjetivação, que eu chamaria de “cultura de equivalência” ou de “sistemas de equivalência na esfera da cultura”. Desse posto de vista o capital funciona de modo complementar à cultura enquanto conceito de equivalência: o capital ocupa-se da sujeição econômica, e a cultura, da sujeição subjetiva. E quando falo em sujeição subjetiva não me refiro apenas à publicidade para a produção e o consumo de bens. É a própria essência do lucro capitalista que não se reduz ao campo da mais-valia econômica: ela está também na tomada de poder da subjetividade. (Guattari & Rolnik, 1993: 15-16)

A produção das mercadorias, naquele fim de década, tornava-se cada vez mais complexa a cada dia, e isto gerava uma demanda nunca satisfeita de indivíduos aptos para o trabalho e para o consumo destas *novidades* que eram lançadas ao mercado continuamente. Na mesma medida em que máquinas mais modernas exigiam uma mão de obra mais qualificada e apta para a progressiva mecanização do trabalho – e para o que a escola contribuía ensinando habilidades e atitudes adequadas ao ritmo industrial – a produção acelerada que era realizada pela crescente industrialização demandava um mercado consumidor que *necessitasse* daquilo que era produzido, ou seja, que consumisse sem questionar aquilo que o mercado lhe oferecia. (Patto, 1990)

Planejava-se, para ocupar estas brechas, uma *outra* educação, diversa da que se conhecia, símile escolar do que havia então no mundo da produção dos *bens materiais*. Uma educação

cuja formulação, expressa em um discurso escrito e bem definido (com fronteiras claras e inequívocas), fazia-a prenhe de elementos típicos da percepção moderna e iluminista de conhecimento e de aprendizagem, e voltada para a sua vinculação aos projetos mais globais de desenvolvimento expressos na discursividade petebista.

Esta *outra* educação, percebe-se, produzia-se nos seus fundamentos dependendo de uma percepção de poder que o entende como algo que é possuído por um sujeito que sabe quando intervir para regular a história. Em termos mais específicos, poderíamos dizer que a educação seria o espaço, aí, de existência de uma autoridade racional e lógica (e, por conta disto, legítima) representada de um lado pelos grandes planejadores e, de outro, pelo professor, tido então como um mero repetidor na escala da sala de aula, dos modelos estruturados nas esferas mais altas e mais cheias de responsabilidade.

Esta lógica, como se vê, é legitimada pela crença de que o homem é racional e autogovernável, a governamentalidade aparecendo na história por ser um dado imanente ao homem e não produto das relações sociais. (Marshall, 1994)

Tal apelo à razão e ao individualismo configurava uma vinculação da discursividade petebista às maneiras que o discurso do Liberalismo Clássico encontrava para se legitimar. Um ponto crucial nesta articulação – que atinge a problemática educacional do momento de sua formulação no nível mais macroestrutural até os menores desdobramentos do cotidiano das salas de aula – diz respeito à tematização do sujeito racional cognoscente *como a fonte de todo conhecimento, significação, autoridade moral e ação*,

do que deriva a idéia de que a educação, como qualquer outro serviço ou mercadoria, é discursivamente reestruturada de acordo com a lógica do mercado. (Peters, 1994: 211-213)

Monta-se assim uma metanarrativa, elemento caro à modernidade, que compõe uma visão totalizante do futuro:

Um tal projeto, para propósitos ideológicos, constrói o futuro em termos de uma visão utópica pós-industrial, baseada na fé na ciência, na tecnologia e na educação como os setores-chave que aumentarão, a longo prazo, a vantagem competitiva nacional na economia global. (Peters, 1994: 212)

Neste sentido o que prognosticava como o melhor futuro para a educação pública campinense era a sua submissão ao desejo de desenvolver a cidade, de industrializar o município, o que levava ao entendimento de que o objetivo da escolarização seria preparar o homem (tomado como ser genérico, numa leitura que sequer considerava a possibilidade – que dirá a legitimidade – da busca de existências singulares) para o trabalho e para a sua vinculação sem traumas e sem desperdícios no mundo em que ele vive:

Pertenciam ao povo todas as camadas, grupos e classes sociais empenhados na tarefa de superar o subdesenvolvimento nacional e a dependência externa.(...) O povo era apenas segmentado entre uma vanguarda, responsável por dirigi-lo, por educá-lo, por organizá-lo, por definir os caminhos a seguir e a massa popular alienada,

desorganizada, carente de educação, de direção, de liderança e de consciência. (Albuquerque, 1994: 248)

Este era um movimento chave na *Revolução da Prosperidade*: ela se mostrava como a indicadora de tudo de grandioso e imponente que poderia se estabelecer em Campina Grande, mas era bastante explícita para não deixar dúvidas quanto à *necessidade* de uma preparação da população – na verdade, o que se pedia era a produção de um outro cidadão, mais afeto ao ritmo e às intenções do tipo de modernização que se ensaiava naquele discurso – para a efetiva concretização de tais sonhos.

Não havia uma problematização que fizesse ressaltar a possibilidade de produção de outros sentidos para a educação, sentidos estes que se construíssem no calor da prática pedagógica e nos entrecruzamentos de informações e formações diversas. Muito ao contrário, o saber era entendido como algo à disposição de todos, bastando o esforço individual para consegui-lo, e sua conquista garantiria em certa medida o sucesso profissional dos indivíduos, metáfora para a garantia do progresso material para toda a sociedade.

O uso da idéia de *desenvolvimento*, por sua vez, entendido como o *canal de expressão das candidaturas* em 1959 aproximava a leitura da problemática da história da cidade às discussões oriundas da biologia, no sentido de que esta divisão da experiência urbana em momentos entendidos a posteriori através de uma leitura evolucionista já se fazia presente desde há muito em discursos dos saberes voltados para a *natureza*. Isto, então, promovia um

distanciamento da problemática educacional campinense da possibilidade de realização de um enquadramento *social*, no sentido de que as movimentações todas que o sujeitos históricos pudessem desempenhar seriam entendidas a partir de uma matriz explicativa que privilegiava uma concepção naturalizada do real.

Como diz Luiz Antônio Cunha, explicando os dramas do uso deste conceito de *desenvolvimento* nos saberes construídos para explicar o homem, a idéia de *desenvolvimento* procura encontrar no real da sociedade passos típicos do real da natureza (como se tal contraposição fosse possível):

Durante sua vida, todo organismo passa por diversas fases, conhecidas pelas suas características típicas. As transformações incessantes e irreversíveis que os organismos sofrem são contínuas. Mas essa continuidade pode ser reduzida a um certo número de “estados” que configuram fases típicas e necessárias. Dá-se, então, o nome de desenvolvimento às transformações que um organismo sofre, fazendo-o passar de uma fase à outra. Cada espécie tem suas próprias fases e, por isso, as transformações são previsíveis. (Cunha, 1989b: 15)

Essa aproximação entre a educação e o desenvolvimento, no entanto, não era inédita no Brasil dos fins dos anos cinqüenta. Muito pelo contrário, esta abordagem da educação já havia se mostrado em diversas outras circunstâncias. Como diz Paulo Ghiraldelli Jr., ser *progressista* no Brasil – em termos de educação – até esta

época significava comungar das idéias e preceitos postos em discussão no Brasil por um manifesto que era marcadamente *desenvolvimentista*, o *Manifesto dos Pioneiros*, em 1932, o que significava realizar esta aproximação entre a educação e o desenvolvimento. (Ghiraldelli Jr., 1994)

Assim os anos 50 viram uma efervescência notável de discussões educacionais, fazendo-se de pano de fundo para estes debates a preocupação em conduzir o Brasil ao caminho do desenvolvimento capitalista, autônomo e auto-sustentado.

Pensar a educação, nos anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial, era pensar uma maneira de mudar o mundo, mudar os homens. Os países se recompondo, as sociabilidades precisando redefinir-se frente ao caos e ao potencial de destruição da vida que a Guerra havia colocado em discussão, a prática de educar – entendida, de uma certa maneira, como a maneira que a Civilização Ocidental encontrara para reproduzir-se no tempo – assumiu foros de esperança. Era um território de utopias.

Neste ideário o homem é determinado socialmente: saneando-se as instituições, obtém-se a regeneração do povo, entidade abstrata e vazia que deve ser preenchida com as projeções emanadas dos homens cultos. (Monarcha, 1989: 46)

Nos países situados fora dos circuitos do pleno desenvolvimento capitalista este panorama se completava com o aumento populacional e a conseqüente pressão da demanda por mais escolas. Daí para a tematização da reforma e da reconstrução

da educação era um passo curto, e freqüentemente encetado por teóricos os mais diversos.

Como diz um pensador que se envolveu naqueles debates:

O Sputnik e as ameaças da Guerra Fria nuclear nos obrigaram a reavaliar, febrilmente, nossa educação em Matemática e Ciência, e, então, sofremos as dores de consciência sobre a divisão entre Ciência e Humanidades. Avisos antecipados sobre a automação trouxeram uma visão de um mundo em que a distribuição de empregos poderia ser totalmente diferente daquela em que se baseavam as “pirâmides” educacionais tradicionais. (Beeby, 1979: 14)

Como decorrência disto, os economistas invadiram a seara dos educadores, promovendo não uma interdisciplinaridade, mas sim uma política de conquista e colonização, a partir da qual a educação passava a ser considerada como um *investimento nacional* e não mais como *uma forma de consumo*. Esta conclusão se fez num instante em que o crescimento tecnológico indicava crescentemente que havia uma relação causal entre educação e crescimento econômico: a mão de obra que os novos tempos solicitava precisava ser preparada urgentemente, dada a *trágica falta de homens e mulheres instruídos*. (Beeby, 1979)

As pressões por escolas, então, eram submetidas a uma valoração. As que derivavam da observação planejada e articulada – geralmente vinham das organizações empresariais ou do Estado – assumiam-se como mais racionais e lógicas, e como tal eram mais

ouvidas e respeitadas. Daí porque as leituras que os países *em desenvolvimento* faziam desta questão eram predominantemente quantitativas, as ênfases maiores sendo vinculadas aos números de analfabetos ou de subescolarizados. Não se tematizava com a mesma intensidade a qualidade do ensino.

As demandas populares eram descaracterizadas, já que se entendia que sua presença se dava muito mais por uma associação tosca entre escolas e empregos. Havia, inclusive, quem recriminasse os movimentos agressivos da população de baixa renda que exigia ampliação da rede escolar, crendo estes críticos que a explosão da demanda levaria – dadas as condições materiais dos países – a uma *inflação* educacional e a um estrangulamento graças à carência de escolas secundárias, impossíveis de montar rapidamente.

As doutrinas liberais findaram por redefinir a educação como um direito e um *dever* do homem, que não poderia se furtar a se preparar para atuar na sociedade.

Nesse projeto, a educação comum para todos assumia um duplo papel: era ao mesmo tempo um componente intrínseco da sociedade que se pretendia realizar e, também, o principal instrumento de preparação dos agentes da construção dessa ordem social desejada. Todo cidadão teria o direito à educação e o dever de preparar-se para atuar na construção do futuro. Esta educação era entendida como exigência individual e social, era necessária a todos e deveria ser levada a todos mesmo quando a coletividade ainda não tivesse desenvolvido a consciência dessa necessidade individual e desse dever

cívico. Daí o seu caráter de antecipação à emergência da consciência de sua necessidade entre os habitantes e, daí, também, a justificativa das duras providências mais ou menos legais adotadas com vistas à imposição do exercício desse direito à educação. (Beisiegel, 1983: 166-167)

A presença destas opiniões, de uma forma ou de outra, no planejamento apresentado pelo Governo Kubitschek – o Plano de Metas – não foi uma surpresa. Para a lógica desta discursividade o importante para o Brasil, naquele momento, era garantir a infraestrutura para a industrialização. Para tanto todo, o país era esquadrihado e suas transformações eram apresentadas sob a forma de *metas*.

A última meta do programa, que falava de educação, atrelava o problema do ensino às necessidades de institucionalização de uma “educação para o desenvolvimento”, ou seja, o incentivo ao ensino técnico-profissionalizante. (Ghiraldelli Jr., 1994: 131)

Até mesmo o primário, cria Juscelino, deveria educar para o trabalho. A escola se submeteria, assim, ao mercado de trabalho, e seria enfatizada a proliferação de uma escola que formasse mão de obra técnica de nível médio, a universidade ficando para quem tivesse vocação intelectual. Os recursos financeiros entre 1957 e 1959 designados para o ensino industrial foram quadruplicados, num afã de atingir ao grande número de analfabetos e de trabalhadores desqualificados.

Como diz Vanilda Paiva, a situação – com relação aos desescolarizados – no fim dos anos cinqüenta era grave, o que se complicava com os fenômenos da evasão e da repetência. O Brasil entraria em 1960 com mais de 39% da população maior de quinze anos compostos por analfabetos, e *com um corpo eleitoral de apenas 11,7 milhões de eleitores (...) para uma população global de 70 milhões de habitantes*. (Paiva, 1986: 26)

Em relação ao analfabetismo e à educação básica, Juscelino oscilou entre pólos conflitantes e incongruentes. Ora clamava por recursos privados para a educação, batendo na velha tecla de que o estado não poderia assumir, sozinho, os encargos da universalização do ensino básico. Em outros momentos, inadvertidamente, dizia-se disposto a conceder auxílio financeiro federal para instituições particulares que pudessem colaborar com o ensino público na tarefa de distribuição de serviços educacionais. (Ghiraldelli, 1994: 132-133)

Neste momento, no entanto, duas foram as orientações das discussões no Brasil. De um lado privilegiavam-se as questões referentes à mobilização em torno do caráter público ou privado da educação nacional.

Diz Laura da Veiga:

No final da década de cinqüenta, o debate da questão educacional intensificou-se, como um resultado da

mobilização dos educadores e intelectuais na defesa da escola pública, ameaçada pela campanha de privatização do ensino patrocinada basicamente pela Igreja Católica e pelos proprietários da rede privada. (Veiga, 1987: 31)

Por outro lado, no entanto, ressaltava-se a problemática do que deveria ser ensinado na escola:

Demandas por um ensino inovador e voltado para a realidade nacional e regional e pela renovação dos cursos profissionais, de modo a serem capazes de criar uma liderança técnica habilitada a conduzir o país nas sendas do desenvolvimento auto-sustentado, ganharam contornos mais definidos entre os segmentos modernizadores do aparato de estado, assim como entre pesquisadores e educadores brasileiros conduzindo a algumas tentativas localizadas de reformas. (Veiga, 1987: 37)

Inúmeras vezes se levantavam apontando para o estado de *calamidade* em que encontrava-se a escola brasileira, e entendia-se que quatro níveis de deficiências conjugavam-se numa infeliz aproximação de áreas problemáticas e provocadoras de tal descabro: a pedagogia ia mal, com as escolas desvinculadas da realidade dos alunos e por isto pouco atraentes, além da falta de vocação dos professores; havia dramas sociais, ligados à distância da família com relação à escola; a saúde do brasileiro era precária; pouco se fazia pelo conforto psicológico dos envolvidos com a escola. (Patto, 1990)

O *Manifesto dos Pioneiros*, mencionado acima, seria retomado exaustivamente naquele fim de década, dando sustentação a uma série infinda de argumentações que davam à luz a uma imagem da educação desalentadora. Por este caminho via-se que deveria haver mais incentivo à escolarização profissionalizante para os trabalhadores, dada a sua inadequação ao que se tomava como o *trabalho intelectual*.

Este período seria, então, de posições estremadas: a segunda metade da década de cinquenta foi pois

(...) um momento histórico marcado, de um lado, por um populismo exacerbado, propício ao renascimento da esperança popular de ascensão social e de valorização e luta pela escola, e, de outro, pela interferência maciça dos EUA na política educacional brasileira. (Patto, 1990: 104)

A seletividade da escola era defendida abertamente, com a idéia de que a igualdade política não se adequava à realidade educacional, principalmente a brasileira. As diferenças individuais de habilidade e de aptidão direcionavam, cria-se, os estudantes para modelos diferenciados de escola. A manutenção da escola tal como se conhecia só podia resultar em taxas elevadas de evasão (havia quem falasse em 50% no primeiro ano); os principais problemas apontados então eram: alto número de professores leigos, *desinteresse* do homem rural pela escola, orientação familiar *inadequada*, conversão da escola em mera instância de alfabetização, falta de tecnologia adaptada às *classes inferiores*,

despreparo dos professores, predomínio de mulheres no corpo docente. A escola deveria profissionalizar o quanto antes, tendo em vista que era difícil que os trabalhadores pudessem ou quisessem *permanecer longamente na escola*. (Patto, 1990: 104-105)

Seguindo-se a lógica iluminista e voluntarista de que a vontade do aluno e a adequada direção fornecida pelo professor eram os determinantes do sucesso (ou do fracasso) escolar, havia quem pensasse como Almeida Júnior, relator do projeto original da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que dizia num discurso:

Precisamos cuidar da produção das nossas escolas normais, visto que são cada vez mais frequentes os maus professores diplomados por elas. Algumas, ao que parece, não se preocupam com as técnicas de ensino, seus discípulos se formam sem terem sido, neste assunto, a mais leve experiência. O resultado é o que se vê nas estatísticas: 50%, 60% dos alunos primários dessem mestres não conseguem promover-se. (In.: Patto, 1990: 108)

Faziam-se com vigor a leitura e a discussão de tais idéias em Campina Grande, naqueles anos, os educadores e jornalistas locais procurando ler tudo à luz da *realidade campinense* e vice-versa. Produziam-se novos discursos, novas práticas. Assim, a educação que se conhecia habitualmente – pelo menos no que dizia respeito ao seu grau de extensão ao todo da população – era tematizada como *antiga*, e contraposta a uma forma *nova* e moderna, que viria com a administração Rique. Esta forma outra, a desejada,

apresentava-se como uma redefinição do estatuto da pedagogia – esta passava a ser entendida como um *programa de reconstrução social*, a partir de que eram supervalorizados elementos técnicos e metodológicos, como que querendo-se assim afastar da cena outras discussões que não as que pudessem ser relacionadas mais diretamente aos aspectos formais, racionais e científicos de verdade.

A associação entre estes princípios e a transformação da sociedade dava-se de sorte a que o medo da turbulência social (aqueles eram anos, não custa repetir, marcados por agitações no campo e nas grandes cidades do país) fosse afastado, neutralizado:

Para os pioneiros da educação renovada, a cultura era a via para a promoção de uma ampla reforma das consciências, maneira pela qual realizava-se o essencial do projeto liberal: a revolução dentro da ordem. (Monarcha, 1989: 17)

A educação existia, no movimento da discursividade da *Revolução da Prosperidade*, como uma esfera relativamente autônoma da vida social cujo desempenho determinava em certa medida o ritmo geral da coletividade. Isto precisa ser ressaltado, porque diz de uma construção de importância estratégica na discursividade petebista: para esta voz, a sociedade campinense, metáfora reduzida da nacionalidade, deveria ser concebida – para o bem da sua saúde cívica – como um corpo único e coeso, unido em torno de ideais comuns, de interesses idênticos. Aproximava-se, mais uma vez, da Escola Nova:

A pedagogia escolanovista apontava para a construção de um interesse único, sendo a modernidade identificada como processo de industrialização e este com os interesses da nação. (Monarcha, 1989: 17)

Tal uniformização se justificava, cria-se, pelo fato de que o que se esperava com mais ênfase era apenas e tão somente a concretização (a *realização*) da essência da cidade e de seus cidadãos, e não uma coisa externa e estranha. Assim, a identificação da modernização com a industrialização e com os interesses da nação levava à conseqüente produção de uma imagem bastante específica para a pedagogia, para a educação: esta deveria *gerar uma nova forma de sociabilidade, compatível com os ideais de racionalidade e produtividade.* (Monarcha, 1989: 19)

O seu destaque, então, foi notável: chegava a vir em primeiro lugar no trinômio petebista, querendo dizer que era por ela que tudo começaria. Uma educação integrada aos novos tempos e aos novos desejos era mais que esperada, era *necessária*: havia que se produzir uma nova sensibilidade frente ao caos da cidade moderna, e a indústria parecia ser um espelho fiel e adequado para este esforço; daí a legitimidade da aproximação entre a escola e a fábrica.

Um povo educado saberia trabalhar, saberia produzir, como diria Certeau:

(...) nos últimos três séculos aprender a escrever define a iniciação por excelência em uma sociedade capitalista e conquistadora. É a sua prática iniciática mais fundamental. (Certeau, 1994: 227)

Para a *Revolução da Prosperidade* a ampliação do número de crianças escolarizadas seria uma condição necessária para o desenvolvimento da cidade, na medida em que a presença dos filhos dos trabalhadores em uma escola que não era nem de longe preparada por eles, mas sim era produzida para eles, garantiria uma produção do mundo do trabalho que impediria a criação, por estes trabalhadores, de um projeto autônomo que se confrontasse com os sonhos de industrialização.

Esta forma de conceber a educação era uma

(...) nova sensibilidade e percepção para o caos da cidade, e empenhava-se em decifrar a multidão anônima, iluminando a perigosa condição do homem pobre, presença ostensiva e ameaçadora no mundo urbano-industrial. (Monarcha, 1989: 26)

Era, enfim, uma grande metáfora, uma tentativa de adequar a cidade de Campina Grande a uma projeção imagética nomeada como *a modernidade*, da qual um dos movimentos fulcrais é a produção dos indivíduos como algo especial e específico.

Da mesma maneira que os campinenses eram chamados a romper com o seu cotidiano, que era descrito como uma frágil

arrumação de práticas já defasadas, eles recebiam a mensagem de que a educação baseada na distribuição de saberes e na adequação dos indivíduos ao mundo do trabalho era o melhor caminho para que este tempo presente encontrasse enfim o caminho do futuro. Esta reestruturação dos saberes baseava-se na idéia de que havia que se valorizar uma nova subjetividade, baseada numa racionalidade que levaria unicamente à acumulação e ao reinvestimento, numa concepção de sociedade em que esta é entendida como composta por indivíduos que só crescem mediante seu esforço pessoal – o que levaria, por conseguinte, ao crescimento nacional.

A partir das *constatações* empíricas e de elementos extraídos do amplo debate educacional que então se desenrolava no Brasil, o PTB propunha uma linha de ação para alterar o quadro encontrado. Em linhas gerais a atuação da administração Rique se prenderia a um aumento quantitativo da rede escolar e seu direcionamento para o atendimento às demandas de uma educação profissionalizante. Nos grupos situados dentro da zona urbana do município tal ocorreria graças à criação de *pequenas oficinas de artes manuais*; na zona rural haveriam *Escolas Típicas Rurais*, para que se fizesse a *iniciação dos alunos em trabalhos agrícolas*.

O pessoal docente seria, paralelamente, treinado e capacitado, a fim de que o melhor uso possível dos materiais escolares e da estrutura em si das escolas pudesse ser uma realidade concreta, efetiva.

Para além do que seria feito mais diretamente em relação às escolas, havia a programação de atividades comunitárias: era crença que a instrução popular não começa e nem termina nas escolas

primárias. Daí seriam instalados parques infantis com assistência educacional, cursos de ensino supletivo para adultos – em convênio com a Campanha Nacional de Educação de Adultos –, Centros de Artes Domésticas – para ensinar bordado, costura, rendas, tecelagem manual, artesanato com matérias-primas locais – e um centro de educação física, em convênio com o Ministério da Educação.

Partia-se do suposto de que os sujeitos precisavam emancipar-se de um certo nível de incapacidade que os prendia ao subdesenvolvimento, e isto só seria possível através da vinculação às atividades pedagógicas propriamente ditas de estratégias de desenvolvimento de certas capacidades. Daí a necessidade de se montar todo um aparato extra-escolar (ou, pelo menos, situado fora dos limites estritos da sala de aula) para que isto se concretizasse. Pode-se perceber neste entendimento uma tentativa de aproximar as informações já socializadas pela escola das novas demandas provocadas pela urbanização.

A Revolução da Prosperidade, como se vê, tematizava um fracasso – tal era uma demanda da intelectualidade campinense, que bradava pelas ruas e pelos jornais que o ensino ia mal e não atendia ao que a sociedade precisava. O presente, nesta maneira de perceber o real, era a instância da incompletude, do vir-a-ser nunca definitivamente resolvido, da esperança de um futuro melhor e mais pleno de humanização – e, por conseguinte, do desprezo pela ação do cotidiano, pela dimensão efetivamente vivida do instante.

Contudo, há que se ver que o fracasso é uma realidade transitiva, ou seja, se alguém fracassa o faz em relação a algum modelo que lhe é prévio e anterior. A problemática mais interessante, então, não é tanto aferir ou refletir sobre o fracasso em si, mas sobre as linhas de força sociais que produzem esta imagem frente à qual as incorrespondências são o negativo.

Em termos de entendimento da conduta dos indivíduos na escola – algo que a *Revolução da Prosperidade* tematizou apenas marginalmente mas mesmo assim considerou, já que preocupava-se com o alto número de crianças desescolarizadas – os espaços de então eram preenchidos por uma concepção liberal, a *Psicologia das diferenças individuais*, que seria a contrapartida científica e pedagógica da idéia de que todos são merecedores de igualdades de oportunidades, a partir do quê apenas os mais aptos progredirão. A escola assumia aí um papel de alta importância, pois cria-se que através dela se fariam as grandes transformações sociais. (Patto, 1990)

A resposta a este *fracasso*, na Campina Grande de 1959, foi pensada como devendo se dar a partir da aplicação de políticas educacionais públicas adequadas. Acreditava-se que apenas com o concurso de ações sistemáticas e voltadas para a observação e administração racional pelo Estado do sistema escolar as melhores demandas seriam concretizadas. Tal percepção, tributária das formulações típicas do século XIX, explicava-se a partir de três pontos fulcrais: *crença na razão; crença na igualdade de oportunidades; crença na necessidade de fortalecer os Estados Nacionais*. (Patto, 1990: 22)

Atualizava-se, na tematização petebista sobre a problemática educacional, o mito do planejamento, ou seja, a crença em que a realidade pode – e deve – ser atravessada por um olhar arguto e incisivo que, ultrapassando a barreira das meras imagens, pode chegar à essência do mundo e entender assim as efetivas possibilidades de transformá-lo. Na

medida em que o plano consegue perceber além do que é matéria do cotidiano e dos saberes apenas impressionistas, ele consegue também postar-se frente ao real como instância definidora dos caminhos que devem ser trilhados na construção do futuro. A prática de planejar, então, aparecia como uma atitude moderna por excelência, na medida em que entendia-se como um movimento que ressalta o real como algo transformável pela ação racional e sistematizada dos indivíduos; era, pois, um discurso voluntarista. (Albuquerque Jr., 1994)

Esta mensagem não passava despercebida para os campinenses – e mesmo vinha explicitada para fazer ver a todos os que se envolviam com a escola (naqueles anos de agitados debates educacionais) mais uma faceta do candidato Rique, preocupado também com a educação e o preparo de seu povo. Isto tudo tinha o seu destaque baseado nesta concepção de que a educação era entendida como o meio pelo qual os campinenses seriam preparados para o desenvolvimento, tanto em termos de tomarem-se mão de obra como também porque neles seria produzida uma forte receptividade para estes novos tempos que viriam. Duplo valor, o da educação.

Esta busca da homogeneidade não é de forma alguma estranha: para os homens da política era importante demonstrar a coerência de seus propósitos e das formulações que os explicitavam, mesmo se esta forma plana de apresentação mostrava-se, num ângulo outro, mera junção de fragmentos e de percepções díspares. Tudo funcionava, pois, como uma confusa distribuição de sentidos em que elementos vários e aparentemente desconexos eram apresentados reunidos sob uma mesma argumentação, sob uma mesma legitimação. Tal homogeneização, no entanto, pouco resiste a um exame mais atento, sob o qual ela aparece antes como uma função das circunstâncias que qualquer outra coisa.

Dos intercessores

(...) o leitor torna-se um dos autores de uma escrita de várias vozes ou, pelo menos, encontra-se em posição de constituir um texto novo a partir de fragmentos recortados e reunidos.

Roger Chartier

A EDUCAÇÃO nas mensagens presidenciais (1890-1986). Brasília: INEP, 1987.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *O engenho anti-moderno*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1994. (mimeo.)

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Vidas por um fio, vidas entrelaçadas - rasgando o pano da cultura e descobrindo o rendilhado das trajetórias culturais. *História e Perspectivas/Uberlândia*, (8) Jan/Jun. 1993. pp. 87-95.

ALMOND, Gabriel A. & COLEMAN, James S. (coord.) *A política das áreas em desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Programa de Publicações Didáticas, Agência Norte-

- Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID); Livraria Freitas Bastos, 1969.
- ANAIS. *Seminário para o desenvolvimento do nordeste*. vol 1 e 2. Confederação Nacional da Indústria; Serviço Nacional da Indústria; Divisão de Estudos e Planejamento. 1959.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas camponesas no nordeste*. São Paulo: Ática, 1986.
- ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro de. *Campina Grande: poder local e mudança nacional (1945-1964)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado em Sociologia Rural do Centro de Humanidades da Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, 1985. (mimeo.)
- ARENDT, Hannah. *Da revolução*. São Paulo: Ática; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1988.
- BANDEIRA, Manuel. *Estrela da vida inteira - poesias reunidas*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987.
- BEEBY, C. E. *Educação e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. Educação e sociedade no Brasil após 1930. In. FAUSTO, Boris. (dir) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, volume 04, pp. 383-416.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. Ensino público e educação popular. In. PAIVA, Vanilda. (int. e org.) *Perspectivas e dilemas da educação popular*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2.ed., 1986. pp. 61-83.

- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O governo Kubitschek - desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979. 3. ed.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A questão política da educação popular*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.
- BUFFA, Ester. et. alii. *Educação e cidadania*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.
- BUFFA, Ester & NOSELLA, Paolo. *A educação negada: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea*. São Paulo: Cortez, 1991.
- BURKE, Peter. (org.) *A escrita da história - novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- CALLIGARIS. Contardo. Três conselhos para a educação das crianças. In. _____. (org.) *Educa-se uma criança?* Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1994. pp. 25-30.
- CARDOSO JR. Hélio Rebello. A narrativa histórica como questão filosófica. In. Revista Brasileira de História. *Dossiê História-Narrativa*. IFCH, UNICAMP, INVERNO /1991. pp. 07-12.
- CARDOSO JR. Hélio Rebello. Filosofia e história. Convivência autônoma. Paul Veyne: a filosofia da diferença e narrativa histórica. In. Revista Brasileira de História. *Dossiê História-Narrativa*. IFCH, UNICAMP, INVERNO /1991. pp. 125-134.

- CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. *A universidade da comunhão paulista*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento - Brasil: JK-JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978.
- CARDOSO, Ruth. Apresentação. In. KOWARICK, Lúcio. (org.) *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. pp. 12-15.
- CASTEL, Robert. Da indignância à exclusão, a desfiliação. In. SAÚDELOUCURA 4. São Paulo: Hucitec. pp. 21-48.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: I. artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.
- CHOAY, Françoise. *O urbanismo - utopias e realidades. Uma antologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- COSTA, Eleonora Z. Sobre o acontecimento discursivo. In. SWAIN, Tânia Navarro. (org.) *História no plural*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994. pp. 189-207.
- CUNHA, Luís Antônio. *A universidade crítica: o ensino superior na República Populista*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1989a.
- CUNHA, Luís Antônio. (org.) *Escola pública, escola particular e a democratização do ensino*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.
- CUNHA, Luís Antônio. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989b.

- DECCA, Edgar de. A revolução acabou. In. BRESCIANI, M. S. & BORGES, V. P. (org.) *Reforma e revolução*, Revista Brasileira de História, nº 20, ANPUH, Marco Zero, CNPq, FAPESP. pp. 63-74.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações (1972-1990)*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- DIAS, Rosa Maria. *Nietzsche educador*. São Paulo: Ed. Scipione, 1991.
- DINOÁ, Ronaldo. *Memórias de Campina Grande*. 2.vols.
- FERRAZ, Maria Cristina Franco. *Nietzsche: o bufão dos deuses*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- FERREIRA NETO, Edgard Leite. *Os partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Gral, 1986.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In. FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?*. Vega - Passagens, 1992.
- FURTADO, Celso. (coord.) *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GARCIA, Marco Aurélio. Reforma ou revolução/reforma e revolução. In. BRESCIANI, M. S. & BORGES, V. P. (org.)

- Reforma e revolução*, Revista Brasileira de História, nº 20, ANPUH, Marco Zero, CNPq, FAPESP. pp.09-38.
- GERMANO, José Willington. *Lendo e aprendendo - a campanha de pé no chão*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.
- GHIRALDELLI JR., Paulo. *História da educação*. São Paulo: Cortez, 1990.
- GONÇALVES JR. Antônio José. et alli. *O que é urbanismo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991.
- GORE, Jennifer M. Foucault e a educação: fascinantes desafios. In. SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) *O sujeito da educação - estudos foucaultianos*. Petrópolis: Vozes, 1994. pp. 09-20.
- GUATTARI, Félix. *Caosmose - um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. Campinas: Papyrus, 1993.
- GUATTARI, Félix. & ROLNIK, Suely. *Micropolítica - cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- GUIMARÃES, Eduardo. Enunciação e história. In. _____. (org.) *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989. pp. 71-79.
- GUIRADO, Marlene. *Psicanálise e análise do discurso: matrizes institucionais do sujeito psíquico*. São Paulo: Summus, 1995.
- HORTA, José Silvério Baía. *Liberalismo, tecnocracia e planejamento educacional no Brasil: uma contribuição*

- à história da educação brasileira no período 1930-1970*.
São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1982.
- IANNI, Octávio. *O ciclo da revolução brasileira*. Petrópolis:
Vozes, 1985.
- IGNATIEFF, Michael. Instituições totais e classes trabalhadoras:
um balanço crítico. In. *Revista Brasileira de História*, v.7 n°
14, pp. 185-193, mar./ago. 87. São Paulo: ANPUH / Marco
Zero.
- LAFER, Betty Mindlin. O conceito de planejamento. In.
_____. *Planejamento no Brasil*. São Paulo:
Perspectiva, 1987. pp. 9-28.
- LAFER, Celso. O planejamento no Brasil: observações sobre o
Plano de Metas (1956-1961). In. LAFER, Betty Mindlin.
Planejamento no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1987.
pp. 29-50.
- LE GOFF, Jacques. (dir.) *A história nova*. trad. Eduardo Brandão.
São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papyrus,
1986.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira. *Perspectivas históricas da
educação*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- LOVISOLO, Hugo. *Educação popular: maioria e
conciliação*. Salvador: UFBA/Empresa Gráfica da Bahia,
1990.
- MACHADO, Roberto. *Ciência e saber - a trajetória da
arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Edições
Grael, 1988.

- MACHADO, Roberto. *Deleuze e a filosofia*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.
- MANFREDI, Sílvia Maria. *Política e educação popular*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1981.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- MARSHALL, James. Governamentalidade e educação liberal. In. SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) *O sujeito da educação - estudos foucaultianos*. Petrópolis: Vozes, 1994. pp. 21-34.
- MARTON, Scarlett. *Nietzsche - a transvaloração dos valores*. São Paulo: Ed. Moderna, 1993.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In. LINHARES, Maria Yedda. (org.) *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. pp. 243-272.
- MELO, José Marques de. (org.) *Populismo e comunicação*. São Paulo: Cortez, 1981.
- MONARCHA, Carlos. *A reinvenção da cidade e da multidão - dimensões da modernidade brasileira: a Escola Nova*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.
- MOREIRA, J. Roberto. Aspectos atuais da situação educacional e cultural em Pernambuco. In. Educação e Ciências Sociais;

- Boletim do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Ano I, Vol. 1, nº 03, Dezembro de 1956, Rio de Janeiro. pp. 21-75.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974) - pontos de partida para uma revisão histórica*. São Paulo: Ed. Ática, 1990.
- NASCIMENTO, Gilmar dos Santos. *A geração engajada: busca de espaços na velha estrutura de poder (um estudo sobre o centro estudantil campinense) 1955-1960*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado em Sociologia Rural do Centro de Humanidades da Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, 1990. (mimeo.)
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1989.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. (org.) *Discurso fundador - a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- PATTO, Maria Helena Souza. *A produção do fracasso escolar - histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.
- PAIVA, Vanilda P. *Paulo Freire e o nacionalismo-desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1986.
- PAIVA, Vanilda. (int. e org.) *Perspectivas e dilemas da educação popular*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2.ed., 1986.

- PAIVA, Vanilda. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Edições Loyola, 5.ed. 1987.
- RIBEIRO, Maria Luísa Santos. *História da educação brasileira: a educação escolar*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.
- ROLNIK, Raquel. São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política. In. KOWARICK, Lúcio. (org.) *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. pp. 75-92.
- ROUANET, Sérgio Paulo. Reinventado as humanidades. In. ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. pp. 304-330.
- SCHAAF, Mariza B. & GOUVÊA, Regina R. Significados da urbanização: traços e fontes do historiador. In. SÁ, Cristina. (org.) *Olhar urbano, olhar humano*. São Paulo: IBRASA, 1991. pp. 55-80.
- SOUZA, Josefa Lúcia Jordão de. *Agradando a Deus e ao Diabo - um estudo sobre a gestão Severino Cabral. (Campina Grande - 1959-1963)* Dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado em Sociologia Rural do Centro de Humanidades da Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, 1988. (mimeo.)
- STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das gerais - os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- SYLVESTRE, Josué. *Nacionalismo & coronelismo - fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1954/1964)*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

- SYLVESTRE, Josué. A cassação de Newton Rique: um prejuízo para Campina Grande. In. PONTES DA SILVA et alli. (org.) *Poder e política na Paraíba - uma análise das lideranças (1960-1990)*. João Pessoa: API / A União, 1993.
- TEIXEIRA, Anísio. A educação escolar no Brasil. In. PEREIRA, Luiz & FORACCHI, Marialice M. *Educação e sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973, 6.ed., pp. 388-413.
- VALLE, Edênio & QUEIROZ, José J. (org.) *A cultura do povo*. São Paulo: Cortez, 1984.
- VARELA, Júlia & ALVAREZ-URIA, Fernando. A maquinaria escolar. In. *Teoria e Educação*, 6, 1992. pp. 68-96.
- VEIGA, Laura da. Os projetos educativos como projetos de classe: Estado e universidade no Brasil (1954-1964). In. *Educação e sociedade*. nº 11. São Paulo: Cortez, 1987.
- VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo. et alii. *A pesquisa em história*. São Paulo: Ática, 1989.
- ZENAIDE, Hélio. *Pedro Gondim: ascensão e declínio de uma liderança popular*. In PONTES DA SILVA et alli. (org.) *Poder e política na Paraíba*. , João Pessoa: API / A União, 1993.